



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**TÁCYLA NASCIMENTO SOUZA**

**A ECLOSÃO DA GUERRA NA UCRÂNIA:  
UMA ANÁLISE A ATUAÇÃO RUSSA SOB A ÓTICA DO REALISMO OFENSIVO**

**Porto Nacional, TO**

**2023**

**Tácylla Nascimento Souza**

**A eclosão da guerra na Ucrânia:  
uma análise a atuação russa sob a ótica do Realismo Ofensivo**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Porto Nacional para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Fernando José Ludwig

**Porto Nacional, TO**

**2023**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

S729e Souza, Tacyla Nascimento.  
A eclosão da guerra na Ucrânia: uma análise a atuação russa sob a ótica do Realismo Ofensivo. / Tacyla Nascimento Souza. – Porto Nacional, TO, 2023.

84 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações Internacionais, 2023.

Orientador: Fernando José Ludwig

1. Rússia. 2. Ucrânia. 3. Realismo Ofensivo. 4. Guerra. I. Título

**CDD 320**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

**Tácylla Nascimento Souza**

**A eclosão da guerra na Ucrânia:  
uma análise a atuação russa sob a ótica do Realismo Ofensivo**

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. (Nome do professor), sigla da Instituição onde atua

---

Prof. Dr. (Nome do professor), sigla da Instituição onde atua

---

Prof. Dr. (Nome do professor), sigla da Instituição onde atua

A Deus, porque dele, por ele e para ele são todas as coisas.

## AGRADECIMENTOS

O pardal achou um lar e a andorinha encontrou ninho para si, eu encontrei os altares do Senhor, feito de bondade e misericórdia, sustentado em amor e iluminado por sua glória. Em doce devoção agradeço a Deus por ser socorro bem presente, por ser amigo em todo tempo, por ser aquele que não dorme enquanto os seus descansam, por ser mais do que religião, ser tão real hoje como a primeira vez que dele ouvi falar.

Aos meus pais, Ezequias e Priscila, por serem tudo que um filho precisa para crescer, amadurecer, ter como exemplo e para conquistar pequenos impossíveis a cada nova etapa da vida. Eu não teria chegado até aqui sem vocês. Obrigada por depositarem em mim todo amor, confiança e dedicação. Que minha vida seja também para amá-los e honrá-los.

Ao meu irmão, André, pelas piadas sem graça, pelos segredos compartilhados e pela sinceridade sempre marcante (risos). Sou feliz por ter você. Obrigada pelo apoio, pelas mensagens trocadas e pelas orações realizadas. Te amo!

A minha vó, Vitória, por sempre me ligar nos momentos mais inesperados para me dizer palavras de ânimo e de carinho — e não esperar eu dizer tchau para desligar a chamada —, recebi todas elas com lágrimas nos olhos. Obrigada por cuidar de mim com ações, com orações e com dinheiro (risos). Obrigada por toda fé e amor que deposita em mim, é mais do que eu seria capaz de agradecer, amo a senhora!

A Leidiane Pimentel e a Janielle Lima, por serem as amigas mais chegadas que irmãs. Obrigada por me acolherem em suas casas, em suas famílias, por me deixarem ser parte da história de vocês. Obrigada por me abraçarem, chorarem comigo, gargalharem comigo, gastarem tempo jogando conversa fora, fazendo exercício, faxina na casa e assistindo filme juntas. Mal cabe em mim o amor e gratidão que tenho por vocês. Serão eternamente a família que Deus me concedeu para vencer essa fase da vida, porque ele sabia que eu precisaria.

Aos meus amigos, Isabella Fernandes, Danielly Silva e João Arthur, por serem aqueles que tornaram os dias na Universidade mais fáceis e bons, amo vocês. A minha família PIBJ, por serem projeção do amor, sabedoria, comunhão e alegria de Deus. Obrigada!

Por fim, ao meu professor e orientador Fernando Ludwig, pela dedicação na construção e ministração de suas aulas — foram as melhores de toda a minha graduação, sem dúvidas —, por aceitar a responsabilidade de me orientar, por ser sempre paciente e presente nessa missão. Com certeza ainda vou me lembrar do senhor com todo apreço e admiração de um aluno por seu mestre. Parabéns por sua excelência e muitíssimo obrigada!

## RESUMO

À vista da guerra na Ucrânia como conflito de proporções internacionais e de reflexo da postura russa no Sistema Internacional, o presente estudo busca analisar, sob a perspectiva do Realismo Ofensivo de John Mearsheimer (2001), o comportamento da Rússia frente a Ucrânia na sua busca pela maximização do próprio poder e garantia de segurança de suas fronteiras e interesses nacionais. Com foco na observância dos acontecimentos que marcaram a guerra em seu ponto inicial, a pesquisa confere atenção à atuação russa no que concerne ao período de 2020-2022, mas também volta em pontos da história que reverberaram no conflito. O procedimento de investigação delinea-se por uma pesquisa básica estratégica com objetivo descritivo por se basear na análise qualitativa de fontes bibliográficas e deságua nas conclusões e resultados provenientes do método dedutivo de análise. Assim, responde ao problema de pesquisa: até que ponto o Realismo Ofensivo elucidada a conduta russa para a guerra da Ucrânia no que concerne ao período de 2020 – 2022?, ao trazer à tona a afeiçoada relação entre as cinco premissas do Realismo Ofensivo com a postura russa, por pautar o desejo mais primitivo dos Estados, a sobrevivência, garantida aqui através do poder e da autoajuda.

**Palavras-chaves:** Rússia. Ucrânia. Realismo Ofensivo. Guerra.

## **ABSTRACT**

In view of the war in Ukraine as a conflict of international proportions and a reflection of Russia's stance in the International System, this study seeks to analyze, from the perspective of John Mearsheimer's Offensive Realism (2001), Russia's behavior towards Ukraine in its quest to maximize its own power and guarantee the security of its borders and national interests. With a focus on observing the events that marked the war at its outset, the research pays attention to Russia's actions in the period 2020-2022, but also looks back at points in history that reverberated in the conflict. The research procedure is based on basic strategic research with a descriptive objective, as it is based on a qualitative analysis of bibliographic sources and leads to conclusions and results from the deductive method of analysis. Thus, it answers the research problem: to what extent does Offensive Realism elucidate Russian conduct for the war in Ukraine in the period 2020 - 2022?, by bringing to light the affectionate relationship between the five premises of Offensive Realism and the Russian stance, as it guides the most primitive desire of states, survival, guaranteed here through power and self-help.

**Key-words:** Russia. Ukraine. Offensive Realism. War.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mapa da Ucrânia por Estados membros da OTAN	42
Figura 2- Ativos militares na Ucrânia	49
Figura 3- A localização estratégica da Ucrânia	65
Figura 4- Mapa dos gasodutos instalados em território ucraniano	66
Figura 5- Presença militar russa na fronteira com a Ucrânia antes do conflito	70

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEI	Comunidade dos Estados Independentes
DCFTA	Deep and Comprehensive Free Trade Area
EUA	Estados Unidos da América
NATO	North Atlantic Treaty Organization
NRC	NATO Russia Council
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
RI	Relações Internacionais
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>O PRISMA DO REALISMO OFENSIVO SOBRE OS CONFLITOS INTERNACIONAIS.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1</b>	<b>As heranças do Realismo Clássico e Moderno na construção do Realismo Ofensivo.....</b>	<b>19</b>
<b>2.2</b>	<b>O Realismo Estrutural de Waltz ou Neorealismo.....</b>	<b>23</b>
<b>2.3</b>	<b>O Realismo Ofensivo e os conflitos internacionais.....</b>	<b>28</b>
<b>2.4</b>	<b>Considerações parciais.....</b>	<b>33</b>
<b>3</b>	<b>AS FRAGILIDADES DA RELAÇÃO RÚSSIA-UCRÂNIA.....</b>	<b>35</b>
<b>3.1</b>	<b>A anexação da Crimeia e suas consequências.....</b>	<b>36</b>
<b>3.2</b>	<b>A política Internacional da Ucrânia.....</b>	<b>40</b>
<b>3.3</b>	<b>As transformações na relação bilateral entre Rússia e Ucrânia 2019 - 2021.....</b>	<b>45</b>
<b>3.4</b>	<b>Considerações parciais.....</b>	<b>51</b>
<b>4</b>	<b>A ECLOSÃO DA GUERRA NA UCRÂNIA SOB A LUZ DO REALISMO OFENSIVO.....</b>	<b>52</b>
<b>4.1</b>	<b>A oportunidade internacional para a ofensiva russa (2020-2022) .....</b>	<b>55</b>
<b>4.1.1</b>	<b>A ascensão da China no radar dos Estados Unidos.....</b>	<b>57</b>
<b>4.1.2</b>	<b>A pandemia da COVID-19 e suas consequências para a eclosão da guerra na Ucrânia.....</b>	<b>59</b>
<b>4.1.3</b>	<b>A Ucrânia e a região separatista do Donbass.....</b>	<b>61</b>
<b>4.2</b>	<b>A Ucrânia como fonte de poder para a Rússia.....</b>	<b>62</b>
<b>4.3</b>	<b>A segurança russa pela dominação da Ucrânia.....</b>	<b>67</b>
<b>4.4</b>	<b>Considerações parciais.....</b>	<b>71</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>72</b>

**REFERÊNCIAS..... 77**

## 1 INTRODUÇÃO

Em 24 de fevereiro de 2022, o Sistema Internacional presenciou mais uma vez, após um longo tempo e, pela primeira vez, após a nova ordem internacional estabelecida com o fim da Guerra Fria, um conflito que agravava as frágeis relações russas com o Ocidente, além de ameaçar a “estabilidade” internacional até então vigente — se comparada às condições internacionais conflituosas do século XX (KAMMER et al., 2022; REIS et al., 2022).

A guerra na Ucrânia trouxe à tona a razão de ser não apenas de organizações como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) — de certa forma inativa desde o fim do conflito ideológico encerrado em 1991 —, mas também evidenciou outra vez o desejo mais primitivo dos Estados, a sobrevivência. Não é surpresa, pelo menos não à corrente realista de pensamento, que seja esse o combustível que impulsionou a Rússia para o ataque, como é igual o motivo pelo qual a Ucrânia ao longo dos anos vem tornando os laços cada vez mais frágeis com a potência vizinha, afinal, tem lutado por seu reconhecimento como independente do Estado russo desde que já não se enquadrava como o Estado satélite da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A sobrevivência, abordada por diversas correntes teóricas das Relações Internacionais (RI), primordial nas mais tradicionais (Liberalismo e Realismo) e suas herdeiras (Neoliberalismo e Neorealismo), é possível. Entretanto, não para qualquer Estado, é sobretudo para aqueles que detêm poder (MEARSHEIMER, 2001).

Na proporção estabelecida entre sobrevivência e poder, a Rússia, ao longo do século XXI, empenhou-se em garantir a própria soberania e a expansão de sua “esfera privilegiada de influência” no Sistema Internacional ao realizar ofensivas em seu entorno regional, como a anexação da Criméia (REIS et al., 2022).

Ao passo que a mesma consolidava sua postura revisionista ao longo dos anos 2000 — efetuando operações militares e articulações políticas, com efetivo esforço de evidenciar suas capacidades —, a Ucrânia enfrentava instabilidades (TAVARES, 2023). Dividida entre tendências, ora ocidentais, ora russas, não possuía uma política externa que lhe proporcionasse segurança e garantias de defesa, logo, não foi capaz de manter a integridade de seu território. Em 2014 perdeu a província da Criméia e assistiu insurgências internas nas regiões separatistas (FERRARO, 2022).

Desde que se tornou independente, o Estado ucraniano buscou o próprio desenvolvimento de maneira mais autônoma como soberano, ao passo que buscou alinhar-se

mais estreitamente com as instituições ocidentais, principalmente a União Europeia e a OTAN; apesar de sempre prezar pelo equilíbrio, graças às divisões internas.

Ainda que não integrante do bloco, os anos que antecederam a guerra assistiram a uma maior relação entre Ucrânia e OTAN (MASTERS, 2023). A insegurança aparente à Rússia, diante da conduta ocidental ucraniana, serviu como propulsor para o desencadeamento do conflito em 2022 (LEBELEM; VILLA, 2022).

A despeito das novas dinâmicas internacionais, “A Rússia não se enxerga simplesmente como um Estado soberano, mas como um centro de poder político imperial” (MAGNOLI, 2012, p. 298), sendo evidente o alvo da ambição de domínio russo. A Ucrânia, rica em recursos naturais, com acesso ao Mar Negro e detentora do segundo maior território europeu, estando abaixo apenas da própria Rússia, possui imenso potencial (MASTERS, 2023). Se é com poder que se garante a sobrevivência no jogo de tabuleiro anárquico do Sistema Internacional, então a Ucrânia parece ser a peça central para que a Rússia avance em vantagem.

À vista disso, a guerra na Ucrânia entra como uma incógnita no cunho atual do sistema; se pode ser ou não o conflito que alterará a balança de poder existente em favor da Rússia. No entanto, considerando que ainda é uma guerra em curso, o que de fato se pode questionar, e o presente estudo visa responder, é: até que ponto o Realismo Ofensivo elucida a conduta russa para a guerra na Ucrânia no que concerne ao período de 2020 – 2022?

É fato que não se pode afirmar as reais intenções do Estado russo quanto à Ucrânia, se levado em conta que o discurso russo com frequência difere de suas ações. Contudo, pela lente teórica é possível explicar a conduta daquele, frente à Ucrânia, em sua política internacional.

Dito isso, é relevante compreender a questão passível de análise para observar se há abertura no Sistema Internacional para o protagonismo de novas tendências, as quais não incluem o regimento Ocidental, através do método que, apesar de antigo, ainda é favorável: o domínio por meio da guerra.

Se a segurança está longe da realidade do Estado russo, isso não é algo que o presente estudo pretenda responder, haja vista que, na organização internacional atual, os problemas quanto às ameaças são diversos e relativos para cada ator, diante de suas pretensões próprias. Portanto, está ao alcance deste trabalho apenas analisar o caminho tomado pela Rússia — que acredita poder lhe proporcionar capacidades potenciais para seu protagonismo regional.

Dito isso, percebe-se que a ação da Rússia quanto a Ucrânia, em fevereiro de 2022, exemplifica cláusulas teóricas do Realismo Ofensivo de Mearsheimer (2001). Para a teoria, o Estado age de maneira ofensiva devido ao medo, a percepção de autoajuda e o desejo de maximização de seu poder.

Inserido em um sistema anárquico, a sobrevivência — entendida como a integridade territorial e controle sobre a política doméstica — é o alvo principal do Estado, logo, aproveita-se de forma racional das oportunidades que surgem no Sistema Internacional para expandir o próprio poder.

Por conseguinte, na tentativa de responder ao questionamento, entende-se que a Rússia — observando as tendências ocidentais ucranianas e progresso das atividades da OTAN na região que considera de domínio seu para influenciar e gerir —, decide realizar uma ofensiva contra a Ucrânia em tempo bom — ao se aproveitar da oportunidade exterior pós-pandemia e a prioridade à disputa econômica sino-estadunidense na agenda internacional norte-americana, contando com um objetivo, a expansão do poder por meio do domínio territorial ucraniano.

Dentro desses moldes, o trabalho busca examinar a capacidade do Realismo Ofensivo em esclarecer o fenômeno que tem ocupado cada vez mais espaço na agenda internacional, a guerra na Ucrânia no marco temporal de 2020 a início 2022. Sabe-se que apesar de fatores comuns entre as guerras, há também as especificidades de cada uma e ainda que a teoria seja capaz de elucidar aspectos gerais, os quais serão observados no trabalho pelo conflito em questão, há limites nas particularidades. Por esse motivo, o estudo parte de momentos pontuais anteriores ao conflito e se detém na eclosão do mesmo, deixando bases para estudos mais profundos futuramente.

Entender a guerra na Ucrânia vem sendo pauta protagonista no roteiro de debates e pesquisas das RI, bem como em outras ciências, como por exemplo a Geopolítica. Como parte integrante dessa conjuntura, o presente trabalho visa colaborar para os estudos das relações entre os Estados, analisando de maneira crítica o cenário de conflito entre a Rússia e a Ucrânia sob a perspectiva da teoria realista ofensiva, por esta diferir de boa parte dos estudos sobre o tema, que têm observado o conflito sob a perspectiva estrutural defensiva. Assim, ao ampliar o debate acerca do conflito, o trabalho contribui para melhor análise das relações internacionais na atualidade em torno da temática fundadora da ciência em questão, a guerra.

O embate entre Rússia e Ucrânia revela-se relevante considerando a disputa sistêmica em curso pela alteração da balança de forças entre as grandes potências. Aquele, representou um “acelerador de tendências” já presente devido à referida disputa (CARMONA, 2022). Em sua ofensiva, a Rússia lançou uma bomba sobre o princípio fundamental da ordem internacional: respeito à soberania e integridade territorial dos Estados (FELTMAN, 2023). Portanto, é crucial compreender as motivações que impulsionaram a atuação ofensiva russa contra as fronteiras da Ucrânia, haja vista que trouxe à tona novamente a necessidade de se entender a sociedade internacional, especialmente a segurança internacional (BAH, 2023).

Isto posto, o objetivo geral do trabalho é esclarecer, até onde o limite teórico permitir, as ações da Rússia frente a Ucrânia sob o prisma do Realismo Ofensivo de Mearsheimer (2001). Pautado nisso, os objetivos específicos assumem a responsabilidade de transmitir e fazer compreensível: as principais premissas do Realismo Ofensivo de John Mearsheimer e como se aplicam a guerra na Ucrânia; as potencialidades da Ucrânia que a tornam relevante à Rússia; as ações russas em relação à Ucrânia; as transformações das relações entre Rússia e Ucrânia no período de 2020 à fevereiro de 2022 e, por fim, as condições prévias internacionais e regionais que deram espaço para eclosão da guerra na Ucrânia.

A fim de cumprir tais intentos, o trabalho é delimitado por específico procedimento de pesquisa. De acordo Raymond Quivy (2005) um procedimento é a maneira como se progride rumo à direção de um objetivo; é de acordo com os domínios estudados que se escolhe os métodos de investigação que estejam mais próximos do que se espera saber.

Obedecendo a isso, o estudo é em sua natureza uma pesquisa básica estratégica por trazer aprofundamento ao conhecimento científico acerca da guerra na Ucrânia em seu tempo e espaço, mas deixa lugar para análises futuras a partir dos aspectos que a teoria não foi capaz de elucidar, tendo esta pesquisa como base. Com esse propósito, a metodologia do trabalho é desenhada em abordagem qualitativa ao dedicar-se a compreender o fenômeno em questão com profundidade, valendo-se da observação das convergências entre a teoria realista ofensiva e o objeto de estudo, bem como o ponto em que se distanciam (CASA NOVA et al., 2020; MARTINS; THEÓPHILO, 2007). Assim, é concebido os limites da teoria na elucidação do conflito na Ucrânia ao apresentar os fatos consonantes com as premissas da teoria e onde esta dissocia-se dos mesmos.

No que diz respeito ao objetivo metodológico, é exploratório. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 52) a pesquisa exploratória intenta “proporcionar mais informações sobre o assunto” que se investiga, facilitando a delimitação do tema e fixação dos objetivos. Por ser flexível, permite discorrer acerca da anexação da Criméia e suas consequências para a relação Rússia-Ucrânia, bem como a maneira que as transformações desta relação — em período anterior à guerra —, entre outros aspectos e acontecimentos, corroboram para o alvo da pesquisa, anteriormente apresentado.

O estudo procede sobre pesquisa bibliográfica acerca das palavras chaves do trabalho nos mecanismos de busca, como Google Acadêmico, bancos de dissertações e teses, sites governamentais e de intuições de pesquisa e observação. Ao realizar revisão de fontes literárias primárias e secundárias pertinentes ao tema, a pesquisa procura descrever e discutir o assunto, conhecendo, analisando e explicando as contribuições de outros sobre o tema (MARTINS;

THEÓPHILO, 2007), presentes em: monografias, teses, relatórios, artigos científicos, periódicos e revistas que pontuem de maneiras diferentes os acontecimentos referentes à guerra na Ucrânia, dentro do marco delimitado.

Para desenvolver a investigação e obter resultados que satisfaçam o problema de pesquisa, o método utilizado corresponde ao dedutivo. Castro (2013, p. 273), pontua que Descartes, ao expor o método lógico de dedução, parte de um campo geral de análise para concluir particularidades em um circuito convergente, que busca pôr em evidência os resultados provenientes da análise, da síntese e, por fim, da enumeração. Assim sendo, a abordagem dedutiva revela-se adequada, pois permite sintetizar e enumerar os acontecimentos que dizem respeito às relações russas para com a Ucrânia à luz de determinado prisma teórico, averiguando as suposições gerais da própria teoria que convergem com o estudo singular da guerra na Ucrânia e contribuem para a argumentação — ou conjectura — responsiva à questão que é anteriormente proposta.

No que tange a estrutura do trabalho, o segundo capítulo, ao apresentar a fundamentação teórica da análise, aborda sobre a evolução das teorias realistas em seus conceitos básicos até chegar no Realismo Ofensivo — em que se debate as semelhanças e distinções relativas ao Realismo Estrutural; preocupa-se em deixar evidente a relevância da teoria para a observação dos acontecimentos. No terceiro capítulo, é contextualizada a fragilidade das relações entre Rússia e Ucrânia ao salientar motivos para o afastamento entre os países e em quais aspectos o relacionamento interestatal foi transformado. O quarto capítulo, por sua vez, é crucial para a problemática proposta, já que consiste na aplicação da teoria, previamente apresentada, à eclosão da guerra. É neste capítulo que se observa com clareza as condições internacionais no período anterior ao conflito direto, bem como certas razões e motivações pelas quais a Rússia decide atacar a Ucrânia, sendo este capítulo guiado pelas cinco suposições principais sobre as quais a teoria foi construída.

## **2 O PRISMA DO REALISMO OFENSIVO SOBRE OS CONFLITOS INTERNACIONAIS**

No presente capítulo, o intuito é construir o alicerce teórico com premissas e conceitos que servirão de base e direção para o desenvolvimento do trabalho, bem como a edificação da resposta à problemática em torno da atuação russa na guerra a Ucrânia.

Nomeadamente, este coloca ênfase à teoria Realista e sua projeção no Sistema Internacional ao longo do tempo. Partindo da abordagem clássica, a saber a vertente ofensiva, visa trazer ao conhecimento pontos relevantes quanto ao fenômeno do conflito entre os Estados protagonistas, sob a concepção teórica Realista Ofensiva, e a interpretação desta acerca dos conflitos internacionais.

É inegável a relevância da teoria para o estudo científico e compreensão da realidade, uma vez que, fornece os instrumentos e o mapa para se analisar o cenário e seus problemas (TEIXEIRA, 2019). Segundo Jean-Baptiste Duroselle (2000), “a teoria é um conjunto composto por uma descrição, uma classificação e uma explicação global”, é, nesse sentido, dotada de especificidades para distanciar-se de outras, mas também de abrangência para abarcar a realidade e seus acontecimentos. Contudo, sendo empírica, é limitada ao que é possível e nisto empenha-se em procurar regularidades (padrões sistêmicos), regras e receitas para a observação dos objetos a que se propõe analisar, tal como estabelecer conclusões (DUROSELLE, 2000).

Para as Relações Internacionais, a teoria assume ainda papel necessário. Dotado de transformações complexas desencadeadas por processos de globalização, regionalização e interdependência, por exemplo, o Sistema Internacional — “engloba o conjunto de todas as relações entre os atores de relações internacionais” (SARFATI, 2005, p. 32) — deixa evidente a essencialidade de métodos e conceitos que permitam a compreensão de sua natureza e funcionamento; características estas que refletem no comportamento dos Estados (CASTRO, 2012; NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Inicialmente, empenhada em conhecer as causas da guerra e como preveni-las, as Relações Internacionais — bebendo da fonte de diversas áreas de conhecimento —, viu-se diante de paradigmas que por tempos dominaram os debates acadêmicos. Inquietações a respeito da dinâmica internacional guiaram teóricos às duas teorias tradicionais da referida ciência; o Idealismo e o Realismo.

Determinada a encontrar os caminhos para a paz, os esforços do campo de conhecimento em questão deram seus primeiros passos em direção a harmonia internacional por meio da segurança e cooperação. Como o próprio nome indica, o Idealismo, também chamado de

Internacionalismo Liberal, trata-se da idealização do mundo como um meio pacífico se construído sobre preceitos de igualdade universalmente aceitos; pregados principalmente por Woodrow Wilson ao final da Primeira Guerra Mundial (ARRAES et al., 2013).

Contudo, apesar de buscar a paz, foi criticado por não enxergar a realidade como ela se apresenta. Surge, então, a corrente realista de pensamento com Edward H. Carr no período entreguerras, alegando que a política internacional é sempre uma política pautada no poder (TEIXEIRA, 2019). No entanto, ainda que tenha desenhado os elementos do realismo político, E. H. Carr não desenvolveu de maneira sistemática a teoria como seus sucessores o fizeram.

A consolidação da teoria realista veio de fato com a obra “A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz”, escrita por Hans J. Morgenthau, por trazer os principais pontos que determinam a corrente de análise como realista, entre eles: a natureza humana como dirigente político, a busca pelo poder como protagonista da política externa dos Estados, a esfera política como independente de outras da sociedade e que gira em torno da política internacional (ARRAES et al., 2013).

Considerados clássicos das RI, ambos os autores realistas deram lugar para a concepção das novas vertentes teóricas do realismo que ainda hoje ocupam espaço nos debates contemporâneos do campo científico internacional, o Realismo Estrutural, também chamado de Neorealismo ou Realismo Defensivo, tratado por Kenedy Waltz (1979) e o Realismo Ofensivo de John Mearsheimer (2001).

Com forte influência sobre os anos 80, chegando a ser considerado o *mainstream* da academia, Waltz surge no campo da ciência como um divisor de águas para as Relações Internacionais. Com um desenvolvimento teórico próprio, que perpassa por fundamentos sólidos de definições — como o significado do que são leis e teorias —, o autor cria uma teoria estrutural sobre o funcionamento da política internacional. Aqui, a distribuição do poder, ou melhor, das capacidades, é a principal responsável pelo comportamento interestatal no meio internacional e suas estruturas (SARFATI, 2005).

Mearsheimer assume princípios semelhantes em sua teoria, mas distancia-se de Waltz quando, entre outras afirmações, argumenta que os Estados buscam sempre maximizar suas capacidades quando surge a oportunidade, a fim de terem garantias de sobrevivência (MEARSHEIMER, 2001).

Logo, é evidente que o campo realista de análise é amplo. Tendo em vista a variedade de perspectivas com semelhantes características, o presente capítulo apresenta as principais vertentes realistas por buscar justificar a escolha do Realismo Ofensivo para o estudo e compreensão do conflito entre Rússia e Ucrânia na década atual, porquanto, como afirma Burke

(2012, p. 38), “sem combinar a história com a teoria é provável que não consigamos entender nem o passado e nem o presente”, o que torna oportuno a apresentação de antemão do escopo teórico que norteará o estudo.

## **2.1 As heranças do Realismo Clássico e Moderno na construção do Realismo Ofensivo**

Tucídides, Maquiavel e Hobbes, três grandes nomes da história, ciência política e filosofia que inspiraram os clássicos da teoria realista de RI. Considerados como pré-históricos à disciplina de estudo, tais autores marcaram a tradição realista e, ainda que inconscientes de tal feitura, ofertaram lições à compreensão contemporânea das relações internacionais e seus conflitos (SARFATI, 2005).

Se sob a observância das linhas de pensamento dos referidos autores foram construídas as premissas do Realismo, é racional que de antemão sejam apresentados ao destacar respectivamente suas principais colocações. Tucídides (471 a.C. -400 a.C.), historiador e general grego, elaborou os princípios que dizem respeito ao equilíbrio de poder quando toma a Guerra do Peloponeso como seu objeto de estudo (ARRAES et al., 2013).

Ao observar o conflito, o historiador traz elementos que hoje são relevantes para as relações internacionais, como: guerra, comércio, negociações e alianças, deixando importantes ensinamentos quanto aos Estados, dos quais cabe mencionar: a busca destes pela maximização do seu poder; a tendência em balancear o poder; o interesse próprio e a segurança como guia das ações estatais, como também a hegemonia legitimada pelas capacidades do Estado (SARFATI, 2005).

Séculos mais tarde, atribuída à Nicolau Maquiavel (1469-1527), a obra “O príncipe”, apresenta a concepção política interna de um Estado, centralizado na figura do monarca. Apesar de a teoria realista entender o Estado como uma caixa preta e tomá-lo como ator único e indivisível no sistema internacional, as contribuições da mencionada obra trazem à reflexão a submissão da ética à virtude política — entendida como força e astúcia —, bem como à fortuna dos governantes — sendo essa as chances e oportunidades dos governantes fornecidas pelo destino —, baseando-se na certeza de que o Estado é passível de entendimento lógico dada a realidade corrente, ou seja, a observação inteligível, não imaginária, das causas e efeitos ao longo da história (ARRAES et al., 2013; ELMAN; JENSEN, 2014; SARFATI, 2005).

Maquiavel preocupava-se com o dever dos governantes em garantir a segurança dos Estados por entender que a natureza é desordenada e submissa às duas tendências internacionais: não ser dominado ou oprimido pelos grandes e os grandes dominarem e

oprimirem. Assim, apoiado nessas inclinações naturais internacionais, o príncipe deve ser racional em suas alianças (SARFATI, 2005).

Nesse aspecto de natureza, a teoria realista também se apraz das concepções de Thomas Hobbes (1588-1679), transportando-as para a anarquia do Sistema Internacional. Em “O Leviatã” (1961), Hobbes entende que todos os homens nascem iguais, dotados das mesmas capacidades, mas usam-nas para garantir sua sobrevivência e satisfazer os próprios interesses. Em condição de liberdade (*jus naturale*), o homem encontra-se em seu estado mais primitivo — o que Hobbes nomeia de Estado de Natureza —, caracterizado pelo conflito, haja vista que, na ausência de limites e controle, é livre para competir por certo objeto que pode ser alvo dos desejos de dois ou mais indivíduos (PECEQUILO, 2012; SARFATI, 2005).

Diante dos pensamentos herdados pelos pré-históricos, também considerados clássicos do Realismo, é possível sintetizá-los em uma premissa comum a todos, o objetivo central dos Estados é a sobrevivência por meio do poder, seja de maneira independente (auto-ajuda) seja através de alianças, dentro do sistema internacional anárquico. Com esse arcabouço, pensadores, também considerados neoclássicos ou realistas modernos das Relações Internacionais, constroem as primeiras teorias realistas arraigadas à jovem disciplina.

Datado do período entreguerras, em que os estudos acadêmicos estavam voltados às causas da guerra e como evitá-la, o Realismo nasce, segundo Gilberto Sarfati (2005, p. 87) “não como um movimento intelectual, mas como uma reação à falha empírica do idealismo em prevenir a crescente escalada de violência, nacionalismo e agressão internacional”. As concepções liberais de cooperação, democracia e segurança foram rotuladas como utópicas por sonharem com uma expectativa de realidade. Em contrapartida, o Realismo foi batizado como pessimista por tratar da realidade como ela se apresenta.

Associados diretamente às duas guerras mundiais tal como à Guerra Fria, os pioneiros da teoria realista abriram caminho para a consolidação de uma teoria tradicional das Relações Internacionais concorrente a liberal. Dentre aqueles, estão dois nomes que merecem destaque: Edward H. Carr (1892-1982) e Hans J. Morgenthau (1904-1980). Tais realistas preocuparam-se em colocar em evidência a “luxúria humana inata por poder e dominação” (ELMAN; JENSEN, 2014, p. 33, tradução nossa) por acreditarem que seja o interesse egoísta a postura prudente e racional da política, ao invés da ideia do progresso humano por meio da internacionalização idealista (ELMAN; JENSEN, 2014).

E. H. Carr em sua obra “Vinte anos de crise — 1919-1939” publicada em 1939, dedica-se a propor sugestões para o começo de uma ciência que vê o mundo fora dos moldes liberais

e volta-se para a percepção da política de poder como fator principal do comportamento interestatal (PECEQUILO, 2012).

Apesar de apresentar a dualidade entre realismo e utopia, além de revelar seus limites, Carr desenvolve seu raciocínio sobre bases fundamentalmente realistas, que dizem respeito ao Estado como único ator significativo internacional movido pelo poder (GRIFFITHS, 2004 apud BARNABÉ, 2013; SARFATI, 2005).

Destarte, a atuação internacional válida de observação é unicamente a dos Estados, o que não abarca as organizações internacionais, por exemplo, como pregado pelo liberalismo. Quanto ao poder, submete o direito internacional à medida que importa aos Estados a racionalidade de suas ações uns para com os outros, colocando aquele acima da moral e diplomacia, porquanto ignorá-lo é colocar em xeque a própria sobrevivência. Assim, todos estão em constante busca pelo poder, sejam os Estados mais fortes, sejam os mais fracos. (CARR, 2001; SARFATI, 2005).

A essa altura, é evidente a relevância do poder como instrumento indispensável aos Estados; nas palavras do próprio autor, “o poder é um instrumento indispensável de governo. Internacionalizar o governo, em qualquer sentido real, significa internacionalizar o poder” (CARR, 2001, p. 141). Nesse sentido, E. H. Carr divide o poder em três categorias — poder militar (*high politic*), poder econômico (*low politic*) e poder sobre a opinião —, entretanto não deixa de dar ênfase ao entendimento de que, ainda que subdivididos, são interdependentes.

Portanto, Carr como aquele que inaugura a teorização das relações internacionais como ciência própria, aborda os principais traços do Realismo sem sistematizar a teoria. Esta tarefa só vem a ser cumprida pouco depois, com a obra “A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz” de Hans J. Morgenthau (1949).

Protagonista dos estudos internacionais durante o período da Guerra Fria, Morgenthau observa a ausência da moral na política internacional e estabelece seis axiomas centrais para o pensamento neoclássico ou moderno. Dessa forma, arranja a teoria racional e a torna capaz de refletir as leis gerais da política entre as nações. Como praxe do que se tinha como Realismo, também defende a prioridade da segurança e da soberania estatal, com o poder tomando supremacia sobre a moral no meio internacional (CASTRO, 2012).

Os axiomas de Morgenthau observam que a política é obediente às leis objetivas provenientes da natureza humana. Tais princípios compreendem que, o interesse do Estado é sempre definido pelo poder e possui valor universal, a moral universal não pode ser aplicada à atuação estatal, e vice-versa, sem contexto e, por fim, a esfera política é dotada de autonomia (SARFATI, 2015).

A definição de “interesse nacional” para Morgenthau, é desenhada em termos de poder que conecta a razão e os fatos para introduzir uma ordem racional no que tange a política e variam ao longo da história. Ainda que dependa da conjuntura histórica, considera a política inerente à natureza imutável em sua qualidade — a luta pelo poder —, e observa os padrões passíveis de identificação na política: política do *status quo*; política de imperialismo e política de prestígio (FRANCA, 2017).

O referido autor também escreve que os padrões políticos supracitados são melhor identificados na política internacional praticada por múltiplos Estados soberanos, dotados de autoridade política e moral que os levam a perseguir seus interesses não como paralelos, mas de maneira que cause atrito entre as partes, o que torna a guerra inevitável e parte da política (FRANCA, 2017).

Por fim, Morgenthau considera a anarquia internacional não como sinônimo de caos, mas a vê simplesmente como a ausência de uma centralidade governamental supranacional capaz de aplicar regras internacionais. Todavia, como melhor elucidada Thales Castro (2012, p. 326) “A ausência de um efetivo e pleno arcabouço de governo superior aos Estados, com autoridade central para aplicar as normas de conduta e torná-las eficazes, faz perdurar a anarquia entrópica externa da política internacional hobbesiana.”

O prisma de Morgenthau sobre o que caracteriza a anarquia é retomado por John Mearsheimer, em sua obra “A tragédia das grandes potências políticas”, publicada em 2001, que trata de sua teoria — o Realismo Ofensivo.

As correntes realistas, até aqui apresentadas, em muito se assemelham. Contudo, também apresentam diferenças substanciais percebidas com maior clareza ao tentarem entender porque os Estados querem poder. Para Morgenthau, e outros clássicos, a resposta encontra-se na natureza humana. Para Mearsheimer, o poder é vital para a sobrevivência do Estado, o que o leva a buscar aquele não apenas por inclinação a desejá-lo, mas porque tem sua soberania subjugada a ele (MEARSHEIMER, 2007).

A nova ordem mundial, estabelecida pós-bipolaridade, marcou o panorama das Relações Internacionais. Chega a ser entendida como o último estágio de arranjo internacional numa perspectiva “otimista-triunfalista materializada na tese do fim da história de Fukuyama” (CASTRO, 2012, p. 331). Nesse pano de fundo, Mearsheimer (2001) surge equipado para fundamentar o retorno do pessimismo realista sobre a política internacional.

Ainda que distante de seus preceptores em tempo e espaço, o Realismo Ofensivo revela traços do realismo clássico e moderno que não deixa dúvidas quanto à conformidade de sua nomenclatura com sua proposta, ainda tão atuais. Demarcada pela anarquia internacional, pelo

poder como impulsionador da política externa estatal e pela necessidade de sobrevivência dos Estados, a teoria realista ofensiva possui fortes alicerces contrários à ideia de paz vigente nos anos pós - Guerra fria.

Mearsheimer justifica a afirmação da seguinte forma:

O fato triste é que a política internacional sempre foi um negócio implacável e perigoso e tende a permanecer dessa forma. Embora a intensidade de suas disputas aumente e diminua, grandes potências temem umas às outras e sempre competem entre si por poder (MEARSHEIMER, 2014, p. 29, tradução nossa).

Assim, a paz, mesmo que esperada na nova ordem internacional dada a ausência de conflito armado entre os dois polos ideológicos na ordem anterior, permanece utópica, uma vez que “as grandes potências raramente estão satisfeitas com a distribuição de poder; pelo contrário, elas encaram constantes incentivos para mudá-la a seu favor” (MEARSHEIMER, 2001, p. 29, tradução nossa). Logo, os Estados estão sempre buscando oportunidades para aumentar suas capacidades, e o farão se considerarem os custos razoáveis aos possíveis ganhos.

Tal teoria será melhor apresentada mais adiante. Aqui, é importante ressaltar a presença, ainda que implícita, das perspectivas realistas clássicas e modernas sobre a obra de Mearsheimer. Além do entendimento construído e atribuído ao realismo no geral, como as concepções de poder, sistema internacional e sobrevivência, merece destaque a influência de Maquiavel na construção teórica do realismo ofensivo.

Percebe-se que a concepção dos fins como superiores aos meios se faz presente em Mearsheimer à medida que em nome da sobrevivência, os meios, se racionais, são válidos; independente de concepções morais. Ademais, as oportunidades devem ser aproveitadas, já que devem ser observadas pelo Estado em sua virtude e fortuna atreladas à figura do governante.

Tais concepções tradicionais moldaram não só John Mearsheimer, mas também outro autor de relevância concorrente à Morgenthau em meio acadêmico e proporções intelectuais — Kennedy Waltz. Waltz representou um ponto de inflexão às Relações Internacionais, ao passo que ideais behavioristas se alastravam pela década de 1960 sobre as ciências sociais.

Sua obra “Teoria das Relações Internacionais” (2002), sustentou o realismo no campo acadêmico e inaugurou uma nova vertente realista — o Realismo Estrutural, também chamado de neorealismo, abordado a seguir (ARRAES et al., 2013; CASTRO, 2012).

## **2.2 O Realismo Estrutural de Waltz ou Neorealismo**

Kennedy Waltz escreve “Teoria das Relações Internacionais” (2002) visando três objetivos: examinar as teorias das relações internacionais e abordagens; construir uma teoria

das relações internacionais que não cometa os erros das teorias da época; e examinar aplicações da teoria que se construiu (WALTZ, 2002).

O surgimento da teoria de Waltz se dá em um contexto de expansão e difusão econômica pela sociedade americana, integrando esferas antes entendidas como de domínio soberano. Com isso, o papel do Estado foi posto em pauta como questão à sua centralidade, pois a atuação cada vez maior das organizações internacionais vinha sendo observada como relevante. Assim, pontos principais do Realismo — centralidade do Estado e a política —, estavam sendo colocados à prova nas Relações Internacionais (NOGUEIRA; MESSARI, 2005; SELIS, 2011).

Para rebater as propostas behavioristas na época, Waltz retoma o conceito de anarquia internacional, definida como a ausência de um governo mundial, bem como a distribuição das capacidades no sistema. Para isso, retira de sua teoria outros atores, que não o Estado, e até seus próprios atributos, que não suas capacidades (PASHAKHANLOU, 2014).

Para o autor neorrealista, as relações internacionais só podem ser entendidas através de algum tipo de sistema que evidencie a distinção entre tais relações e outros domínios internacionais, como o social e econômico. Dito isso, a principal marca de Waltz, é entender o sistema internacional como uma estrutura que revela diferentes níveis de força influenciados pelas estruturas políticas (WALTZ, 2002).

Segundo Waltz (2002, p. 79) “um sistema é composto por uma estrutura e por unidades em interação. A estrutura é o componente expandido do sistema que possibilita pensá-lo como um todo.”. Composta por unidades, também referidas como partes, a estrutura não pode levar em consideração aspectos específicos daquelas, seu comportamento e interações, para que seja possível distinguir as variáveis entre as unidades tal como no sistema (WALTZ, 2002).

Determinado a entender a política internacional, a primeira estrutura a qual Waltz discorre é a estrutura política. Baseando-se no entendimento de que unidades justapostas na estrutura podem produzir diferentes resultados se rearranjadas em diferentes combinações, conceder espaço à análise da estrutura política interna torna a transição para a política internacional mais fácil (WALTZ, 2002).

A estrutura da política interna é hierárquica, as unidades estabelecem relação de dominantes e dominados, ou superiores e subordinados, a depender de seu grau de autoridade e níveis de responsabilidades — funções das unidades, distribuídas de acordo suas capacidades (WALTZ, 2002).

Como Waltz traz:

O posicionamento das unidades umas em relação às outras não é completamente definido por um princípio sistêmico ordenador e pela diferenciação formal das suas partes. A posição das unidades também muda com mudanças nas suas capacidades

relativas. No desempenho das suas funções, as agências podem ganhar ou perder capacidades (WALTZ, 2002, p. 117).

Em síntese, na política, a organização se desdobra em aspectos de princípios, funções e distribuição de capacidades que moldam os processos políticos. É esse tripé organizacional que Waltz transporta para a política internacional — submetida a anarquia e descentralização do sistema (WALTZ, 2002).

Como realista, o autor também aborda o interesse próprio como protagonista dos sistemas. As unidades cooperaram por egoísmo sob a perspectiva da autoajuda, haja vista que, as unidades buscam assegurar sua sobrevivência por ser um pré-requisito do qual os Estados necessitam para serem capazes de buscar os demais objetivos, entendendo que precisam existir para ter autonomia de atuação (WALTZ, 2002).

Nesse sentido, “o motivo da sobrevivência é visto como a base de ação num mundo onde a segurança dos Estados não é garantida, e não como uma descrição realista do impulso que está por detrás de qualquer ato do Estado” (WALTZ, 2002, p. 130). Infere-se disso que os Estados não agem unicamente por sua sobrevivência, pode haver o interesse de se abrir mão de sua independência ao visar objetivos que melhor os apaz.

Outro aspecto importante ao entendimento da estrutura, é o caráter das unidades na política internacional. Para Waltz, “a anarquia impõe relações de coordenação entre as unidades de um sistema, e isso implica a sua semelhança” (WALTZ, 2002, p. 132). A semelhança entre os Estados existe em paralelo às suas diferenças. Por semelhanças compreende-se as tarefas que desempenham em detrimento do que anseiam; por diferenças, as capacidades de cada um, responsáveis por influenciar diretamente a organização da estrutura e vice-versa (WALTZ, 2002).

Isto posto, a teoria estrutural waltziana observa a ordem internacional determinada pela autonomia dos Estados e suas relações. Essa ordem pode sofrer mudanças em consequência à modificação de qualquer um dos três aspectos (princípios, funções e distribuição de capacidades) descritos anteriormente, com a mudança de polaridade.

A autonomia de atuação estatal coloca o sistema internacional sob a sombra da violência. No aspecto de autoajuda, cada unidade busca alcançar os próprios objetivos, logo os Estados relacionam-se sob constante desconfiança. Tal como o estado de natureza para Hobbes, para Waltz, o meio internacional se configura como natural à guerra, “entre homens como entre Estados, a anarquia, ou a ausência de governo está associada à ocorrência de violência” (WALTZ, 2002, p. 144).

Dentro dessa perspectiva, os Estados buscam aumentar suas capacidades relativas, ainda que através da cooperação. Todavia, esta, se mal avaliada, pode limitar os Estados e demonstrar fraqueza, seja em favor de outros, seja na interdependência escalonada, sujeitando-os a maiores vulnerabilidades. Ou seja, a cooperação só é racional se os ganhos forem iguais aos participantes, do contrário, o Estado não coopera. (WALTZ, 2002).

Assim, para os Estados, em linhas estratégicas à vista do desejo de alcançar seus objetivos e garantir sua segurança, demonstrar força pode ser inevitável e a primeira escolha. Waltz esclarece:

Se a força é usada por um Estado, ou se o seu uso é esperado, os outros Estados não têm outro remédio senão usarem a força ou estarem preparados para a usar individualmente ou em combinação com outros. Nenhum apelo pode ser feito a uma entidade superior revestida da autoridade e equipada com a capacidade de agir segundo a sua própria iniciativa. Sob tais condições, a possibilidade da força ser usada por uma ou outra das partes aparece sempre como uma ameaça de fundo (WALTZ, 2002, p. 158).

Incertos das ações dos demais Estados, cada qual deve estar preparado e equipado em poder para responder à altura do atrito iminente, a fim de permanecer como unidade na estrutura internacional.

Dada a relevância do poder para a estrutura, Waltz discorre sobre a teoria da balança de poder ao esclarecer seus aspectos para que seja devidamente aplicada. A balança de poder está intimamente ligada ao sistema de autoajuda — interesse próprio. Os Estados buscam, de acordo com suas condições, usar os meios — esforços internos, para aumento do poder econômico, militar e outras capacidades relativas, bem como esforços externos como fortalecer as alianças e enfraquecer os adversários — disponíveis para se alcançar os fins desejados (WALTZ, 2002).

Como uma microteoria, a balança de poder surge do medo que paira entre os Estados e necessidade, em sua maioria, de obterem performance na estrutura internacional para não serem dominados. Entretanto, sendo ou não o objetivo dos Estados, “prevalece onde quer que dois, e apenas dois, requisitos exijam: que a ordem seja anárquica e que seja povoada por unidades que desejem sobreviver.” (WALTZ, 2002, p. 168). Portanto, toda condição é pré-requisito para a formação das balanças de poder, e os Estados tendem a buscar o equilíbrio como condição para alcançar a estabilidade e a paz (WALTZ, 2002).

Contudo, a balança de poder, assim como as teorias em geral, não é capaz de explicar porque os Estados agem como agem em suas políticas internacionais particulares. O que é lógico se retomado o pensamento que abriu o presente capítulo. As teorias são específicas somente para diferenciarem-se de outras, mas são construídas em premissas gerais para abarcar

os acontecimentos em geral. Logo, a teoria da balança de poder não é capaz de traduzir as especificidades das vontades estatais passadas adiante em políticas.

Como o próprio Waltz diz:

Qualquer teoria cobre alguns assuntos e deixa outros a parte. A teoria da balança de poder é uma teoria sobre os resultados produzidos pelas ações descoordenadas dos estados. A teoria faz suposições sobre os interesses e os motivos dos estados, em vez de os explicar. [...] A teoria explica porque certa similaridade de comportamento é esperada de Estados similarmente situados. O comportamento esperado é similar, não idêntico (WALTZ, 2002, p. 170).

Em suma, a balança de poder é uma teoria que pode ser posta em prática quer os Estados a desejem ou não, por ser consequência de todo tipo de acontecimento internacional. O Estado, na condição de soberano, egoísta e que deseja sobreviver, integra a anarquia conflitiva das relações internacionais e pratica o equilíbrio de poder — já que tende a disputar as políticas bem sucedidas de outros Estados —, não para maximizar seu poder, mas para primeiramente manter sua posição no sistema, haja vista que, antes que desejem buscar mais, precisam sustentar o que possuem.

Ainda que proponha uma teoria revisionista dos padrões realistas, Waltz conserva as concepções fundamentais do realismo tradicional (PECEQUILO, 2012). Se o sistema internacional se configura em estruturas, é ordenado pela anarquia. Se as estruturas são definidas pelas funções das unidades, atrela as tarefas do Estado a seus interesses, e, se tais tarefas variam de acordo com as capacidades dos Estados, então os interesses também são moldados pelo poder que cada um possui e por ele se relacionam.

Mas, se a teoria de Waltz retoma o pensamento tradicional, é duramente criticada por ser limitada ao tempo e espaço ao qual estava inserida. Sobre isso, Lara Selis conclui:

Um balanço da contribuição de Waltz para o campo de estudo da política internacional deve também reconhecer sua qualidade enquanto ferramenta pertinente às análises orientadas ao seu espaço e tempo originais. Ou ainda, como explicou Cox, o neorrealismo, por constituir uma teoria de solução de problemas, compõe um instrumento útil para a explicação dos sistemas estáveis, como julgou-se ser o sistema internacional durante o conflito bipolar (SELIS, 2011, p. 158-159).

Não se pode negar, entretanto, a forte estrutura teórica desenvolvida pelo autor, assim como sua influência no campo das RIs, que encontrou espaço para ser aderida. Por conseguinte, é inevitável que teorias das Relações Internacionais, construídas após o neorrealismo não venham em alguma medida, apoiar, modificar, criticar ou desconstruir as ideias neorrealistas (SARFATI, 2015).

Isso se prova em John Mearsheimer com a já mencionada teoria realista ofensiva. Em sua própria obra, Mearsheimer compara a teoria realista de Waltz com suas concepções,

trazendo as proximidades e distanciamentos de ambas por visar fundamentar suas próprias colocações e justificá-las. Em semelhanças, Mearsheimer chega a ser considerado também autor estruturalista, mas que analisa a estrutura a partir da atuação ofensiva dos Estados por sempre desejarem a maximização de seu poder e aproveitar das oportunidades internacionais para tal feito, diferentemente do realismo de Waltz, mais tarde batizado por outros estudiosos de realismo defensivo.

Em particular, os realistas defensivos argumentam que os fatores estruturais limitam a quantidade de poder que os Estados podem obter, o que contribui para amenizar a competição pela segurança. Os realistas ofensivos, por outro lado, sustentam que a estrutura do sistema incentiva os Estados a maximizar sua participação no poder mundial, incluindo a busca pela hegemonia, o que tende a intensificar a competição pela segurança (MEARSHEIMER, 2007, p. 71, tradução nossa).

O capítulo seguinte pretende, então, descrever com mais profundidade a teoria que norteará todo o corpo do presente estudo, pontuando os principais aspectos teóricos que justificam as causas dos conflitos internacionais de acordo com John Mearsheimer.

### **2.3 Realismo Ofensivo e os conflitos internacionais**

O Realismo Ofensivo chega às Relações Internacionais no século XXI como contrapartida direta às visões do realismo estrutural defensivo, não apenas para isto, mas também para provar que, o argumento sobre a competição pela segurança pós-Guerra Fria ter sido banido do sistema internacional, está errado (ELMAN; JENSEN, 2014; MEARSHEIMER, 2001).

Para edificar sua teoria, Mearsheimer se debruça sobre três etapas compostas por princípios, argumentos e condições que cooperam para que os Estados sejam ofensivos em seu comportamento no sistema internacional. Contudo, não é qualquer Estado, Mearsheimer justifica analisar somente as grandes potências por acreditar que sejam apenas estas capazes de influenciar de forma significativa o sistema internacional. “A sorte de todos os Estados — grandes potências e pequenas potências — são determinadas principalmente por decisões e ações daqueles com as maiores capacidades” (MEARSHEIMER, 2001, p. 19, tradução nossa).

Nesse sentido, definir o que são grandes potências para Mearsheimer corrobora para a compreensão de sua teoria e aplicação ao estudo a posteriori. Segundo o autor, grandes potências são definidas majoritariamente por sua capacidade militar.

Para se qualificar como uma grande potência, o Estado deve ter patrimônio militar suficiente para enfrentar uma luta séria em uma guerra total convencional contra o Estado mais poderoso no mundo. O candidato não precisa ter a capacidade de derrotar o Estado dominante, mas precisa ter alguma perspectiva razoável de transformar o

conflito em uma guerra de atrito que deixa o Estado dominante seriamente fraco, mesmo que este, em última instância, ganhe a guerra (MEARSHEIMER, 2001, p. 20, tradução nossa).

Os Estados, para serem classificados como potência precisam, mais do que comprovar que possuem poder militar, mostrarem-se capazes de enfraquecer aquele que tem assumido a liderança, em termos de influência, no sistema internacional. Não é necessário ganhar a guerra, reduzir as capacidades do Estado dominante deixa evidente que há outro Estado potencial no meio internacional capaz de dinamizá-lo significativamente — talvez não imediatamente, mas é de se esperar que em algum momento aconteça.

O Realismo Ofensivo, assim como o Realismo Estrutural, assume que o sistema internacional tem forte capacidade de inferir e moldar o comportamento dos Estados. São os fatores estruturais — como anarquia e distribuição de poder — os que mais importam para explicar a política internacional, com lugar para pouca ou até mesmo nenhuma atenção aos indivíduos ou considerações das políticas domésticas por entender os Estados como caixas pretas — o famigerado termo realista (MEARSHEIMER, 2001).

Outro ponto crucial da teoria diz respeito ao poder — substancial às arguições de Mearsheimer. “O poder é a moeda das grandes potências políticas, e os Estados competem entre si por ela” (MEARSHEIMER, 2001, p. 26, tradução nossa), assim sendo, o mesmo repousa no coração dos pensamentos dos Estados sobre como veem o mundo ao seu redor (MEARSHEIMER, 2001).

Em nome da sobrevivência, as grandes potências estão sempre buscando oportunidades no sistema internacional para aumentar suas capacidades e construir caminho até a hegemonia. Tal pressuposto parte do entendimento de que o sistema encoraja os Estados a fazê-lo e é desenvolvido em concepções que servem de alicerce para a teoria.

A primeira delas é a concepção de Anarquia. Mearsheimer entende que o sistema internacional é anárquico, o que não quer dizer que seja caótico. Na verdade, ser anárquico significa dizer que não possui governança superior e central à soberania inerente dos Estados, ou seja, a anarquia é apenas um tipo de princípio ordenador (MEARSHEIMER, 2001).

A segunda concepção é que as grandes potências já possuem certa capacidade ofensiva intrínseca a elas “o que dá a elas os meios para enfraquecer e possivelmente destruir uns aos outros” (MEARSHEIMER, 2001, p. 43, tradução nossa).

A terceira é que os Estados nunca podem ter a certeza das intenções de outros Estados. Nas condições da anarquia, um Estado não é capaz de saber se outro vai agir agressivamente

ou não; diante das causas variáveis de agressão não há como saber se alguma delas impulsionará um Estado a fazer uso de suas capacidades militares (MEARSHEIMER, 2001).

A quarta concepção diz respeito à sobrevivência ser o objetivo primordial das grandes potências. Por sobrevivência, é dito a capacidade do Estado em garantir a integridade de seu território e a autonomia da ordem de sua política doméstica. Os Estados podem buscar outros objetivos, mas segurança é o principal deles (MEARSHEIMER, 2001).

Por último, as grandes potências são atores racionais. A ação dos Estados é mensurada de acordo a proporção entre custo-benefício da oportunidade para aqueles.

Em particular, eles consideram as preferências de outros Estados e como o seu próprio comportamento pode afetar o comportamento desses outros Estados, e como o comportamento desses outros Estados pode afetar a sua própria estratégia de sobrevivência. Além disso, os Estados atentam para o longo prazo, assim como para as consequências imediatas de suas ações (MEARSHEIMER, 2001, p. 44, tradução nossa).

Sobre tais princípios, Mearsheimer enfatiza que o realismo ofensivo só se concretiza com todos em conjunto, pois criam poderosos incentivos para que as grandes potências cogitem agir agressivamente contra outras, são eles: medo, autoajuda e maximização do poder.

No sistema internacional há pouco espaço para que os Estados pratiquem a confiança mútua. A verdade é que as grandes potências temem umas às outras, pois para elas todas são potenciais inimigos. Assim, todas veem a si mesmas como vulneráveis e solitárias, e precisam buscar por recursos que garantirão sua própria sobrevivência — exercício da autoajuda. O que não significa dizer que os Estados não podem estabelecer alianças, pelo contrário, convém ter aliados, mas dentro dos termos de mantê-los apenas até onde for conveniente. Por definição do próprio autor, alianças são como “casamentos temporários de conveniência: os que são aliados hoje podem ser os inimigos amanhã” (MEARSHEIMER, 2001, p. 45, tradução nossa) e vice-versa.

Nesse cenário, as grandes potências entendem que a melhor maneira de sair ganhando é se tornar o Estado mais poderoso do sistema, “quanto mais forte um Estado é em relação aos seus rivais, menores são as possíveis chances de qualquer um desses rivais atacarem e ameaçarem sua sobrevivência” (MEARSHEIMER, 2001, p. 46, tradução nossa). Logo, diferentemente do realismo estrutural de Waltz, no ofensivo as grandes potências pouco se preocupam com a distribuição de poder; quando dão um passo à frente em direção à maximização das próprias capacidades, buscam condicionar a balança de poder a seu favor às custas de seus rivais, e, ainda que alcancem vantagem militar sobre estes, seguirão buscando por chances de ganhar mais poder até que conquiste a hegemonia (MEARSHEIMER, 2001).

A relevância do poder para a segurança o coloca no centro da política internacional das grandes potências. Mearsheimer o define como “nada mais que específicos patrimônios ou recursos materiais que estão disponíveis para um Estado” (2001, p. 68, tradução nossa). Semelhante à caracterização de Morgenthau acerca do poder, o Realismo Ofensivo traz para a composição daquele a soma das capacidades estatais, ou seja, a soma das subdivisões do poder: poder latente e poder militar.

O poder latente é aquele que contribui para a construção do poder militar. É composto pelas capacidades econômica, populacional e tecnológica, por exemplo, que serão transformadas em poder militar. Este, por sua vez, configura-se na capacidade das grandes potências em manter e adquirir territórios, é medido “no tamanho e força do exército estatal e seu apoio pelas forças aéreas e navais” (MEARSHEIMER, 2001, p. 67, tradução nossa) — suas capacidades materiais.

É válido ressaltar as quatro forças militares que, de maneiras distintas, influenciam a balança de poder sempre presente: o poder terrestre, o poder naval, o poder aéreo e o poder nuclear. Mearsheimer estabelece o poder terrestre como o mais importante dentre eles dada as habilidades do exército em enfraquecer o oponente com maior eficiência em relação às demais forças militares (MEARSHEIMER, 2001).

A utilidade do poder, no realismo ofensivo não é apenas para fins de sobrevivência, é também para a busca da última instância estatal, tornar-se uma hegemonia — “uma hegemonia é um Estado que é tão poderoso que domina todos os outros Estados do sistema.” (MEARSHEIMER, 2001, p. 52, tradução nossa), por consequência, nenhum outro Estado é capaz de desafiá-lo em um conflito sério. Entretanto, a menos que o Estado alcance clara superioridade nuclear sobre outras grandes potências, é impossível tornar-se um Estado hegemônico global. A principal razão é a limitação imposta pelos oceanos que dificulta a projeção do poder de um Estado para outro, caso estejam em longa distância separados pelas águas (MEARSHEIMER, 2001).

Portanto, a maior aspiração que é possível ao Estado ter, é conquistar o status de hegemonia regional; nesta condição, procura evitar que grandes potências alcancem a mesma posição para garantir sua segurança. Em vista disso, as grandes potências devem ser racionais em seus atos ao buscarem maximizar suas capacidades, partindo da busca pelo poder latente “porque o poder militar tem uma fundamentação econômica” (MEARSHEIMER, 2001, p. 142).

John Mearsheimer explica:

Há pouco espaço para as potências do status quo em um mundo em que os Estados estão inclinados a procurar oportunidades para ganhar mais poder. No entanto, as grandes potências nem sempre podem agir de acordo com suas intenções ofensivas,

porque o comportamento é influenciado não apenas pelo que os Estados querem, mas também por sua capacidade de realizar esses desejos. Todo Estado pode querer ser o rei da colina, mas nem todo Estado tem os meios necessários para competir por essa posição elevada, muito menos para alcançá-la. Depende muito de como o poderio militar é distribuído entre as grandes potências (MEARSHEIMER, 2001, p. 49, tradução nossa)

Ciente de que não pode entrar em uma guerra para perder, as grandes potências devem avaliar, em conjunto com seus objetivos, as estratégias favoráveis ao alcance desses sem muito custo. Para isso é necessário que a grande potência observe a capacidade material de seu rival e pondere se com suas próprias capacidades é capaz de acertar o alvo sem muitos erros e desfalques. Se considerarem a oportunidade como inapropriada para proveito, ou seja, se os benefícios não forem maiores que os riscos, as grandes potências esperarão por outro momento mais adequado e válido.

O autor revela, entretanto, que há problemas também quanto à atuação racional. Se os Estados vivem sob a condição de medo por nunca estarem certos das intenções de outros Estados no sistema internacional, semelhante impasse ocorre com a mensuração das capacidades dos rivais. A desinformação torna-se o principal obstáculo para as grandes potências, uma vez que não se tem por certo as forças dos rivais, tampouco pode prever a performance de algum destes no conflito (MEARSHEIMER, 2001).

Dito isso, a atuação estratégica torna-se crucial às grandes potências para o melhor desempenho na busca por seus objetivos, os quais Mearsheimer aponta: maximização do poder econômico, maximização do poder terrestre, superioridade nuclear e hegemonia regional. Para alcançá-los há quatro estratégias; a principal delas, objeto deste estudo, é a guerra (MEARSHEIMER, 2001).

Sendo uma das mais controversas entre as estratégias, a guerra, apesar das perdas, também oferece ganhos. Não há dúvidas de que grandes potências por vezes podem estar diante de circunstâncias em que os custos são maiores que os benefícios esperados. Por isso, é crucial a análise racional da conjuntura e da balança de poder antes da atuação.

Isto posto, o realismo ofensivo considera a guerra como ferramenta para a busca por poder, bem como por interesses estatais próprios. Tal lógica é moldada em torno da ótica de segurança, pela qual os Estados competem e é motivada pelos desdobramentos da anarquia internacional — medo, autoajuda e maximização do poder — percebidos no comportamento agressivo dos Estados.

A grande potência que realiza a ofensiva, certa das observações quanto as chances promissoras de benefícios, o faz para obter vantagens econômicas e materiais no que diz

respeito às capacidades de seu rival. Se vencer, é capaz de pender a balança de poder ao seu favor devido à via de mão dupla do conflito, em que o ganho de um é resultado da perda de outro.

Assim sendo, apesar de antiga, a guerra é ainda a estratégia que promove o Estado à elevada posição de poder por viabilizar a conquista, e consequente virada de jogo no que tange aos objetivos da grande potência (MEARSHEIMER, 2001). É, antes de instrumento de defesa, instrumento de prevenção e resposta à uma ameaça que circunda os Estados, o risco à sobrevivência. Inere-se disso que, age em defesa aquele que é alvo da força de outrem, mas age em ofensiva aquele que exerce a força sobre outrem.

Por fim, para a presente teoria, a polaridade influencia diretamente na frequência dos conflitos. “A configuração de poder que gera mais medo é um sistema multipolar que contém uma hegemonia em potencial.” (MEARSHEIMER, 2001, p. 69, tradução nossa), a chamada multipolaridade desequilibrada. Em um sistema multipolar, a presença de um número maior de grandes potências é logicamente o principal fator do maior número de guerras, haja vista que há diversos Estados com capacidades variadas para agir contra seus rivais ou Estados mais fracos que atendam a seus interesses, além das chances de erro de cálculo, anteriormente apresentadas, que podem representar de maneira equívoca oportunidade de ataque.

Portanto, percebe-se que a teoria de Mearsheimer é limitada à projeção ofensiva do Estado como ator único e indivisível, condicionado pelos adjetivos do meio internacional no qual busca manter-se como ator soberano. Em outros termos, entende que o sistema internacional anárquico impulsiona as grandes potências a agirem de forma agressiva por medo de serem dominadas, o que as leva a desconfiar das demais e a atuarem de maneira independente na busca pela maximização do poder, por enxergarem a autoajuda e a suprema capacidade como tática de sobrevivência e segurança.

## **2.4 Considerações parciais**

O presente capítulo buscou trazer as principais abordagens realistas que contribuíram sobremaneira na construção da teoria principal para o estudo de caso. É possível constatar ao longo da evolução teórica realista, a preponderância dos aspectos tradicionais da corrente no sistema internacional. Apesar de divergir em alguns traços, mantém seus principais conceitos, observados ainda na condição atual da dinâmica internacional.

A busca por poder, anarquia e desejo de sobrevivência destacam o realismo e sustentam conflitos interestatais após outros ao longo do tempo. O Realismo Ofensivo, sem distanciar-se

de seus precursores, mas aprimorando o entendimento do porquê os Estados entram em guerra, destaca-se na fundamentação da atuação ofensiva com vistas ao aumento das capacidades estatais; é nesse ponto que diverge do Realismo Estrutural de Waltz. Enquanto para este último, o Estado atua em função do equilíbrio da balança de poder, para o Realismo Ofensivo os Estados buscam o equilíbrio apenas para se equiparar a outras grandes potências e conseguir sobreviver, entretanto, seu empenho está em encontrar oportunidades no sistema internacional para se tornar não apenas uma grande potência, mas o Estado com supremacia em todas as suas capacidades, ou seja, pender a balança de poder ao seu favor para assim garantir sua sobrevivência.

Os conflitos internacionais, portanto, são frutos do desejo das grandes potências em adquirirem mais poder militar, através da transformação de recursos materiais. Poder esse que serve para proteger-se de ameaças e de riscos à soberania. Todavia, não basta apenas estar seguro, é necessário tê-la garantida. Para tanto, estar atento às oportunidades do sistema internacional para aumento das capacidades materiais é crucial para as grandes potências. Quanto aos Estados mais fracos, o que resta são as alianças para garantir sua segurança.

Estando as principais colocações teóricas dispostas neste capítulo, o próximo será encarregado de apresentar a relação entre Rússia e Ucrânia, mais especificamente como esta se fragilizou e desaguou no conflito armado entre ambos os Estados em 2022. A compreensão da construção da oportunidade para a guerra será, no capítulo seguinte, o principal ponto analisado e colaborativo à resposta do problema de pesquisa do trabalho.

### 3 AS FRAGILIDADES DA RELAÇÃO RÚSSIA-UCRÂNIA

Este capítulo tem como intento edificar suas colunas para sustentação do estudo de caso no capítulo subsequente. Na presente etapa será abordado os antecedentes à guerra na Ucrânia, pois, é tido à ciência que para a compreensão de fatos do presente, faz parte do método observar o passado histórico relacionado ao que se deseja saber. Como afirma Laville e Dionne “não se trata mais de simplesmente contar o passado, mas de procurar nele a compreensão do presente, a explicação de problemas do presente” (1999, p. 67), não é apenas relatar a causa e linearidade dos fatos, é também tomar base na inter-relação de fatores e seus pesos variáveis sobre o objeto de estudo (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Por consequência aos desfechos da Guerra Fria, a Rússia tem buscado reerguer sua força e retomar o protagonismo na atuação internacional. A nova ordem estabelecida com a vitória dos Estados Unidos na disputa ideológica trouxe insatisfação ao Estado russo ao longo do século XXI, por conseguinte, a política internacional desse último adquiriu novo caráter revisionista a fim de restabelecer seu grande império. De acordo Silva (2017), para Aleksandr Dugin (2008) a desintegração da União Soviética deixou a Rússia em um campo cercado de Estados hostis aos seus interesses, nesse ínterim, torna-se necessária a recuperação do espaço perdido ao passo que busca se estabelecer como um dos polos de poder no Sistema Internacional.

Com articulada política de expansão pela segurança, a Federação Russa cresceu em capacidades militares e econômicas nos últimos anos, construindo solidez ancorada em excedentes de energia e produção tecnológica para se comportar como uma grande potência (CARMONA, 2022). De acordo os próprios documentos, Conceito de Segurança Nacional da Federação Russa e Conceito de Política Externa de 2000:

A Rússia é um dos maiores países do mundo em extensão, com uma longa história e tradições culturais ricas. Apesar de sua complicada situação internacional e seus problemas internos, objetivamente continua a desempenhar um papel importante nas dinâmicas mundiais, tendo em vista seu considerável potencial econômico, militar e de pesquisa tecnológica, e sua condição única no continente eurasiático (RÚSSIA, 2000a, seção I, apud ALVES, 2012, p. 55).

Nesse sentido, sua condição de grande potência caminha com a definição de Mearsheimer — apresentar capacidades militares para “proporcionar séria resistência numa guerra convencional total contra o mais forte Estado do Sistema Internacional, mesmo sem vencê-lo” (MACHADO, 2013, p. 2). Assim sendo, é dotada de poder para perseguir seus interesses nacionais, os quais apresentam-se de forma clara em sua Estratégia de Segurança

Nacional vigente até 2020, dentre eles vale mencionar o objetivo de tornar-se uma potência mundial voltada para a manutenção da estabilidade estratégica (RÚSSIA, 2009, seção III apud ALVES et al, 2012).

Nessa conjuntura, a Ucrânia é vital. Independente após a dissolução do bloco socialista, “soube se valer de sua posição intermediária, e utilizou a Europa e os EUA para contrabalançar a influência russa e a Rússia para contrabalançar a influência dos ocidentais” (MIELNICZUK, 2014, p. 1). Contudo sempre buscou o reconhecimento de sua soberania por parte do Estado russo. Este, por sua vez, não o fez devido ao desejo de obter o domínio do que considera como sua zona tampão.

De acordo Aparecido e Aguilar:

O nome "Ucrânia" refere-se a antiga palavra russa "okraina" que significa periferia, conforme fontes escritas do século XII, referindo-se a vários territórios fronteiriços. A palavra “ucraniano”, a julgar pelos documentos de arquivo, originalmente se referia aos que protegiam as fronteiras externas (APARECIDO; AGUILAR, 2022, p. 2).

Sentindo-se ameaçada por essa percepção, a Ucrânia buscou estabelecer laços estratégicos mais próximos com o Ocidente, em especial com a União Europeia, o que fragilizou suas relações com a potência vizinha. Ao vê-la como parte de si, a Rússia acredita que a Ucrânia, como Estado soberano, só é possível em parceria consigo e não está disposta a abrir mão de seus planos para o espaço pós-soviético (REIS et al., 2022). Por não poucas razões, entendidas no capítulo subsequente, a Ucrânia é território estratégico para a Rússia e mantê-la sob seu controle é fundamental para a segurança e prática de sua política internacional expansionista; isto fica claro em 2014, com a anexação da Crimeia, fato que representou uma viragem na história russo-ucraniana (REIS et al., 2022).

O capítulo pretende, então, abordar as relações entre Rússia e Ucrânia e suas transformações desde a anexação da Crimeia, visando entender como este ato, a resposta internacional a ele e a postura da Ucrânia posteriormente, corroboraram para a construção do momento oportuno à Rússia para a realização da ofensiva contra a Ucrânia em fevereiro de 2022, uma vez que não foram ações imediatas, mas sim calculadas e articuladas em conformidade à estratégia nacional russa (REIS et al., 2022).

### **3.1 A anexação da Crimeia e suas consequências**

A região da Crimeia, assim como todo o território pertencente à Ucrânia, apresenta vantagens geoestratégicas. A Rússia como extenso Estado territorial, mas sem saída para águas com rotas de navegação, tem na península uma fuga. Anteriormente parte da grande potência,

a Crimeia com território demarcado em 26.200 km<sup>2</sup>, localiza-se ao Sul da Ucrânia e é base de portos marítimos para as águas do mar negro, sendo o porto de Sebastopol o que resguarda tropas militares russas remanescentes da antiga Frota do Mar Negro da URSS (CASTRO 2014; SILVA, 2022).

Como parte da “crise ucraniana” — marcada por instabilidades políticas que divergiam em posição ora voltadas ao Ocidente ora a Rússia —, as divisões internas na província desencadearam a preparação da Rússia para a adesão da Crimeia como, novamente, sua. Ao longo da década de 90 a Rússia vinha injetando milhões de dólares em Sebastopol, ao passo que afirmava o desejo de tê-la como cidade do próprio Estado, logo a Crimeia crescia em alvo dos desejos neoimperialistas da grande potência e escalonava gradualmente o atrito com a Ucrânia (WOOD et al., 2016).

A onda de protestos internos na Ucrânia, com destaque para os pró-russos, foi tomada como justificativa para a invasão à Crimeia por parte da Rússia, alegando tratar-se de ato de proteção aos cidadãos russos localizados na região, contabilizados em maioria com 58,3%, fora os habitantes de Sebastopol (BIJOS; MONTE, 2015; CASTRO, 2014). É importante destacar que a Crimeia integrava a Ucrânia somente em termos jurídicos e formais, pois como autônoma e de maioria russa, estava vulnerável à primeira instrumentalização da força russa a seu favor (CASTRO, 2014). Tal fato, em conjunto com as insurgências internas, provocaram a mobilização russa para agir. De acordo Elizabeth Wood, no ano de 2016:

Em 12 de dezembro, as forças pró-russas afirmavam que era altura de criar unidades de “autodefesa” na Crimeia e no sudeste da Ucrânia. Em 14 de dezembro, os líderes de dois grupos pró-russos [...] encontraram-se com [...] o cônsul-geral russo na Crimeia, e declararam que estavam a preparar uma manifestação anti-Maidan para exigir a secessão da Crimeia da Ucrânia (WOOD, 2016, p. 13, tradução nossa).

Essas, como outras ações russas na região, tornaram-se evidentes, impulsionando o escalonamento da vontade popular a favor do rompimento com a Ucrânia. “Os russos exploraram vulnerabilidades ucranianas em proveito de seus interesses vitais” (CASTRO, 2014, p. 32), em detrimento das insatisfações internas, os esforços russos voltaram-se para manobras condizentes com a intensificação das revoltas — como fornecimento de armas e apoio diplomático aos separatistas (SILVA, 2022) — e articulação de meios que espelhassem a atuação ofensiva futura como legítima e de defesa, ou melhor de “salvação”.

Em 27 de fevereiro de 2014, a Crimeia foi invadida. Homens armados, sem qualquer identificação aparente tomaram conta de prédios do parlamento governamental da Crimeia e hastearam uma bandeira russa. Não demorou para que tropas russas ocupassem a província com sua infantaria naval, paraquedistas e demais operações especiais aéreas devidamente articuladas

e coordenadas para efetiva dominação e tomada da região. Três dias antes da operação ocorrer, o Estado russo convocou exercícios militares nas regiões ocidentais e centrais da Rússia, que posteriormente deslocaram-se para a zona sul, região da Crimeia (WOOD et al., 2016). Três semanas depois da invasão, foi realizado o referendo com habitantes da Crimeia que aprovou a unificação da província ao território russo, ratificado no dia seguinte pela Rússia (RODRIGUES, 2021).

Percebe-se aqui, uma das estratégias de dissuasão russa — demonstração de força antes do ataque. Se para Mearsheimer o poder é majoritariamente a capacidade militar de um Estado, a Rússia ao longo de sua política internacional fez questão de deixá-lo evidente. “Testar a prontidão de unidades do 2º Exército da circunscrição militar do centro e dos comandos da Força Aérea, Forças Aerotransportadas, Aviação Estratégica e de Transporte” (CASTRO, 2014, p. 33) é, para bom entendedor, demonstrar a capacidade estatal de impor sua vontade antes mesmo do ataque, capacidade esta que a Ucrânia não possuía para abater (CASTRO, 2014).

Em termos estratégicos, além dos portos marítimos, a anexação da Crimeia evidenciou a necessidade russa de manter distante as influências ocidentais em seu espaço pós-soviético, sobretudo evitar que a Ucrânia se aliasse à Europa Ocidental (SILVA, 2022).

O conflito repercutiu no Sistema Internacional, e a resposta internacional tornou o Estado russo mais confiante para manobras maiores anos mais tarde. Sem muita resistência na região, a anexação da Crimeia foi vista pelo Ocidente com resignação, mas não houve interferência direta, devido ao temor de agravamento do conflito.

Como postula Rafael Silva:

Ambos os lados tinham motivos para ingressar no conflito da Crimeia. No entanto, mesmo com tantos benefícios, a anexação do território trazia um risco central para ambos: a possibilidade de escalonamento do conflito. Caso os aliados da OTAN decidissem intervir, como clamava a Ucrânia, o conflito militar tomaria grandes proporções e as perdas tornariam a situação - mesmo no caso de uma vitória - um revés, em função do número de vidas e recursos perdidos e a vulnerabilidade militar e econômica pós-conflito dos países envolvidos (SILVA, 2022, p. 4).

Assim sendo, a racionalização da atuação por ambas as partes, tanto ocidental como russa, cooperou para a dominação sem resultar em graves prejuízos. Não obstante, a reação dos Estados Unidos e União Europeia configurou-se primordialmente na imposição de sanções contra o Estado russo. Retaliações como cancelamento de visto, suspensão de cooperação financeira, rompimento de relações diplomáticas bem como bloqueio e congelamento de bens estavam inclusas na postura de repúdio ao ato russo contra a Ucrânia (OLIVEIRA, 2016).

Como se sabe, tais medidas não foram suficientes para dissuadir a Rússia em retroceder no seu interesse, consciente de sua predominância energética na região, sabia que não seria

severamente retaliada. Concomitante a isso, a comunidade internacional do G-8 tentou isolar a Rússia restringindo a participação desta em algumas reuniões do grupo. A OTAN — Organização do Tratado do Atlântico Norte, criada por países Ocidentais em resposta ao Pacto de Varsóvia e ao poderio militar socialista — apesar de “apresentar sua desaprovação e deslegitimação em relação a anexação da Crimeia com veemência, a organização assumiu, por fim, uma postura tímida e limitada, declarando que enviar apoio para a região estava fora de questão” (SILVA, 2022, p. 13).

A estratégia principal da Rússia era, de acordo com Mielniczuk (2014), apoiar os separatistas na região para dissuasão da Ucrânia em estabelecer relações mais estreitas com a federação russa. Entretanto, Kiev, com apoio ocidental, recusou-se a elaborar uma nova constituição, antes de novas eleições presidenciais, que trouxesse maior integração entre os dois Estados. Por conseguinte, restou à Rússia seguir com o plano aparente, agir em favor dos russos da região; o que antes era um meio para um objetivo, tornou-se um fim em si mesmo. Não houve espaço para muitas negociações, apesar da assinatura do Acordo de Minsk — “estabelecido na base do respeito pela integridade territorial e a soberania da Ucrânia e previa um cessar-fogo a partir de 15 de fevereiro” (DIAS, 2015, p. 48) —, a busca por ambas as partes pela maximização dos ganhos sem muitas perdas resultou no escalonamento da tensão sem compromisso, exceto a satisfação do interesse nacional russo e dos separatistas.

Isto posto cabe algumas ressalvas quanto a estratégia russa para a consecução de sua política internacional. A primeira delas é a capacidade militar russa superior à ucraniana. De acordos dados do Global Fire Power, no ano de 2015, a Ucrânia apresentava um contingente militar de aproximadamente 160.000 militares aptos a guerra, 1.000.000 pessoas como ativos de reserva, força terrestre de 2.809 tanques de guerra juntamente com um poder aéreo de 222 aeronaves e um poder naval de 25 navios militares, classificando-se em vigésimo quinto lugar no ranking das mais poderosas forças militares (BIJOS; MONTE, 2015).

Já a Rússia, ocupando a segunda posição do mesmo ranking, contava com 766.055 militares aptos a guerra, 2.485.000 pessoas como ativos de reversa, capacidade de poder terrestre composta por 15.398 tanques de guerra juntamente com poder aéreo de 3.429 aeronaves e poder naval 354 navios militares, com vantagem de deter indústria própria para a produção de seus equipamentos militares (GLOBAL FIREPOWER, 2015; BIJOS; MONTE, 2015).

Ciente disso, observa-se o entendimento, por parte do Estado, do que pontua Mearsheimer em sua teoria, um Estado não age ofensivamente a menos que tenha garantia de

que tem chances de vencer a guerra, faz parte de sua atuação racional analisar as circunstâncias e definir se os custos valem os ganhos. Sobre isso Korolev (2017) interpreta:

Igualmente as ações russas na Ucrânia como motivadas pela necessidade de um equilíbrio contra hegemônico numa "área de interesses estratégicos fundamentais" (p. 9 *apud* KLEINSCHMIDT, 2018) e atribui à "resposta de equilíbrio" o mérito de ter "cumprido mais uma vez o seu objetivo" (p. 18, *apud* KLEINSCHMIDT, 2018), fazendo assim eco da avaliação de Mearsheimer da ação como sendo racional e bem sucedida (KLEINSCHMIDT, 2018, p. 4, tradução nossa).

A segunda ressalva é, para a Rússia, a possibilidade de análise quanto à reação internacional frente a sua política internacional de expansão às custas da Ucrânia. De acordo com Mearsheimer (2014) a anexação da Crimeia poderia dar respaldo a grande potência para realizar novas expansões na região e conseqüentemente aumentar seu poder e influência sobre a Ucrânia (SILVA, 2022). Ao vislumbrar o fato anos à frente, percebe-se a veracidade dessa afirmação, não só pelo sucesso em partes da operação, haja vista que como dito acima a tática era fazer uso das insurgências para dissuadir o governo ucraniano, mas também pela resposta internacional considerada suportável à Rússia para se valer da mesma tática na região de Donbass, por exemplo, ou adaptá-la a para manobras mais ambiciosas, como uma guerra.

A terceira e última ressalva é a possibilidade de aprimoramento da capacidade militar, o qual Mearsheimer (2001) descreve como o poder terrestre, capaz de garantir vitória às grandes potências na guerra e dinamizar a balança de poder. Em posse do território da Crimeia, a Rússia está apta a usufruir das disponibilidades materiais do território, sejam elas populacionais, naturais ou portuárias e manuseá-los da maneira desejada pelo interesse nacional.

A anexação da Crimeia — como o conflito, ainda que de maneira híbrida ou não-convencional, de maior entrave entre Rússia e Ocidente desde o fim da Guerra Fria, mesmo por vias intermediárias —, expressou não apenas a roupagem da política internacional da Rússia, o desejo que enfraquecer a Ucrânia e torná-la dependente de si, para não se voltar em busca da OTAN e União Europeia, como também a capacidade russa de ir mais além (KONRAD; LOURENÇÃO, 2019).

Se por um lado, a anexação foi prática da política internacional expansionista russa, por outro foi consequência da catastrófica política de neutralidade internacional da Ucrânia.

### **3.2 A política internacional da Ucrânia**

Desde que se tornou independente, a Ucrânia busca estabelecer sua identidade e atuar conforme os próprios interesses (MASTERS, 2023). A condição de independência, ao longo do

tempo, revelou ser para ela, tornar-se independente da Rússia, uma vez que esta não simpatizava com sua condição autônoma e representava uma ameaça à sua segurança (TARASYUK, 1996).

Com uma postura internacional que prezou pela neutralidade e perduraria ao longo dos anos, a Ucrânia almejava inicialmente o melhor dos dois mundos, ocidental e russo. Políticas flexíveis e tolerantes estavam na base de sua conduta devido a necessidade de manter a estabilidade interna, dada a bipolaridade nacional herdada de seu passado como membro soviético, e sua condição geográfica como país europeu.

Por neutralidade, Roy Allison compreende a “categoria política para cobrir um amplo espectro daqueles que optam por permanecerem fora das alianças no mundo contemporâneo dentro e fora da Europa — ou não encontrando alternativa para fazê-lo” (2023, p. 2, tradução nossa), entretanto, a prática da neutralidade ucraniana era notoriamente de busca pelo equilíbrio, a qual o referido autor denomina de política “multivetorial”, não de abstenção.

Sendo assim, a Ucrânia moldava-se no sistema internacional conforme os interesses de três partes, o seu, o Ocidental e o russo, sobretudo o russo — “como um meio de evitar os esforços militares russos para desmembrar e subjugar o Estado” (ALLISON, 2023, p. 1, tradução nossa) —, que a tem como área estratégica; o que, na verdade, colocava em dúvida a integridade de sua independência. Para a Rússia, a Ucrânia é uma extensão de si mesma, para o Ocidente, é espaço de contenção do crescimento russo por motivos geopolíticos e estratégicos (LIMA; LIMA, 2021).

Em seus esforços de abster-se de preferências, a política internacional ucraniana era marcadamente ambígua (KOZLOVSKA, 2006). Considerando que, quando parte da URSS, as relações com a Europa eram antagônicas, quando independente tornaram-se próximas o suficiente para ericar a Rússia. Isto posto, ao observar o panorama geral é possível dividir a política internacional ucraniana em quatro fases.

A primeira, condizente com os anos iniciais de independência, é marcada pela busca da consolidação e reconhecimento prático da Ucrânia quanto Estado. Localizada em zona estratégica entre o oeste da Europa e a Rússia, a “Ucrânia tinha um impacto significativo na formação da nova arquitetura de segurança na Europa” (KOZLOVSKA, 2006, p. 3, tradução nossa) pós-Guerra Fria.

Figura 1 — Mapa da Ucrânia cercada de Estados membros da OTAN



Fonte: Hann (2022).

Como visto na figura acima, a Ucrânia encontra-se entre dois polos opostos. Em seu lado a oeste, há a predominância dos países europeus membros da OTAN, no lado a leste há a Rússia. Em vista disso, não era apenas viável a atuação tática da Ucrânia em seu entorno regional, mas também necessário a articulação entre os dois mundos que prezasse pela paz ao passo que buscava seus próprios objetivos.

Enquanto na teoria declarava a neutralidade de sua conduta no meio internacional, na prática o que se via era a materialização de uma política externa não tão clara, tampouco delineada, que buscava encontrar-se em um dos lados sem ameaçar o outro. Por conseguinte, a abertura para o lado europeu na realização de acordos em busca de segurança e cooperação era predominante, mas sempre decidida na manutenção da política de boa vizinhança com a Rússia (KOZLOVSKA, 2006).

Através dos acordos é possível elucidar a postura ucraniana descrita, sendo válido ressaltar, para a primeira fase da política internacional da mesma, alguns deles. O Memorando de Budapeste pode ser visto com um dos acordos que exemplifica a postura de neutralidade ucraniana, em especial seu apreço pela manutenção de boas relações com sua potência vizinha, desde que em termos seguros.

O acordo dava à Ucrânia garantias para que assinasse o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, inclusive contra “ameaças ou uso da força contra a integridade territorial ou a independência política da Ucrânia”. [...] Em contrapartida, a Ucrânia

cedeu o terceiro maior arsenal de armas nucleares do mundo entre 1994 e 1996 (ROMANO, seção I, 2021).

Para a Ucrânia, o memorando representava a formalização de seu reconhecimento como independente por parte da Rússia, em troca da abstenção do arsenal nuclear herdado da URSS, sendo devolvido a Moscou. Para a Rússia, não era mais que um acordo vantajoso para os próprios interesses, visto que não mediu esforços para desconsiderá-lo com a invasão da Crimeia (BRAUN, 2022).

Outro acordo que vale a ressalva, para exemplificação da postura ucraniana, é o Acordo de Cooperação e Parceria com a União Europeia; acordo esse que foi estendido a todas as repúblicas soviéticas. Firmado em 2003 com a Ucrânia, tinha por objetivo principal fortalecer os ideais de democracia e outras políticas de *soft power* (VELYCHENKO, 2009). Cabe aqui postular a relação Ucrânia – EU como desproporcional em termos de interesse. Se por um lado é buscada com afincos laços mais estreitos e seguros, por outro é apenas uma extensão de princípios e valores como maneira de barrar a expansão russa.

Formalmente, as relações de política internacional estratégica da Ucrânia receberam bases legais somente em 1993. Sem apresentar as prioridades do governo ucraniano, tampouco os métodos para seus objetivos, o documento continha pautas contraditórias. Semeniy (2017) as resume em três orientações, “A primeira delas previa a reintegração no espaço pós-soviético. [...] A segunda previa a neutralidade ucraniana. [...] A terceira atribuía prioridade às relações com a UE e apelava à integração nas suas instituições” (p. 123-124, tradução nossa).

Quanto à reintegração no espaço pós-soviético, foi materializada com a participação da Ucrânia na Comunidade dos Estados Independentes (CEI), criada após a dissolução do bloco socialista com os países antes membros — tinha como intento a cooperação em três áreas, política, econômica e securitária (SIMÃO, 2016). A comunidade foi alternativa para a Rússia, por desejar manter sua zona de influência sobre a vizinhança e preservar seu status de grande potência. Para as ex-repúblicas socialistas o acordo tinha personalidade subsidiária já que necessitavam da Rússia para sustentar a economia local (SEMENIY, 2017).

Em termos práticos de neutralidade, a Ucrânia priorizou o equilíbrio a fim de satisfazer as divergências internas e evitar a desintegração estatal. Tal postura adquiriu novas roupagens posteriormente ao ser adaptada às circunstâncias e “não pode ser vista como um obstáculo à sua plena adesão numa estrutura de segurança totalmente europeia” (KOZLOVSKA, 2006, p. 4, tradução nossa).

A segunda fase da política externa ucraniana é caracterizada pelo avanço na busca por seus próprios interesses. A CEI mostrou-se incapaz de satisfazer as necessidades de seus

membros, sobretudo da Ucrânia ao não atender às suas expectativas de cooperação. Licínia Simão (2016) em sua análise sobre a integração regional percebe que:

A constituição de um espaço pós-soviético ficou marcada por claros desequilíbrios de poder entre os seus membros, por um carácter instrumental e pragmático da cooperação regional e por uma fragmentação dos formatos institucionais que, no seu conjunto, produziram resultados muito limitados nas três áreas (SIMÃO, 2016, p. 1).

As assimetrias de poder no âmbito interno da comunidade, configuravam vantagens apenas a Federação Russa, mais uma vez coração do bloco, que estendia trocas cooperativas conforme lhe aprazia, apostando em políticas bilaterais e variáveis em proporcionalidade. Em decorrência de tais circunstâncias, o poder de negociação dos demais Estados era limitado e reforçava a desconfiança destes em relação à Rússia. Sob linhas gerais, o acordo de Minsk para a conformação da integração revelou ser a principal mais-valia para a reestruturação dos laços políticos russos no espaço pós-soviético (SIMÃO, 2016).

A Ucrânia reconhecia a necessidade de ampliar suas relações internacionais em fronteiras legais para fins de desenvolvimento econômico e segurança. Ao final da década de 1990, passa a promover e aplicar esforços na transformação da ideia de membro da União Europeia em realidade, redirecionando seus objetivos para isto, além de requerer associações de mercado econômico e zona de livre comércio (SEMENIY, 2017). Em 2003, aderiu à Política Europeia de Vizinhança e, em 2004, tinha a União Europeia como principal parceiro comercial, até mais importante do que a Rússia (BARATA, 2014).

Concomitantemente, os elos entre Estados Unidos – Ucrânia e OTAN – Ucrânia foram intensificados e culminaram na assinatura do acordo Programa de Parceria pela Paz em 1994, que abria espaço para todos os países não integrantes da aliança militar (OTAN). Contudo, mesmo que tenha ousado na política voltada para o oeste, manteve-se sempre atenta a sua vizinha familiar.

De fato, a política externa da Ucrânia durante este período tentou equilibrar as suas ambições pró-ocidentais com os seus laços históricos, culturais e econômicos profundamente enraizados com a Rússia. Na sua maioria, os tomadores de decisão políticos ucranianos inclinaram-se mais para o Ocidente, ou seja, para os Estados Unidos, a União Europeia, a NATO e outros Estados ocidentais, bem como para as organizações financeiras internacionais. A principal motivação para se concentrarem no Ocidente foi a obtenção do apoio econômico e político necessário para assegurar a continuação da existência da Ucrânia como Estado independente (KOZLOVSKA, 2006, p. 13, tradução nossa).

Isso veio a mudar com as transformações internas da Ucrânia em conjunto com a gradual desilusão quanto a sua participação como membro da União Europeia e a aliança com a OTAN, devido às problemáticas de tais medidas (KOZLOVSKA, 2006). As relações Ucrânia – Ocidente permaneceram no âmbito cooperativo, não mais intencionada a uma integração, o que

a levou ao distanciamento das políticas europeias e favorecimento das pró-russas, sendo essa a terceira fase da política internacional da Ucrânia.

Nas eleições de 2010, o representante de Estado eleito possuía fortes vínculos com a Federação Russa. Durante seu período administrativo, o Estado contraiu grandes dívidas externas, principalmente com a potência vizinha, pelo recebimento de gás para o consumo interno — ainda que recebesse por um preço consideravelmente menor comparado ao preço internacional cobrado por ele — e empréstimos internacionais contraídos. Somado a esses fatos, houve a desistência de negociações com o Ocidente na realização de acordo comercial para firmar a União Econômica Eurasiana com a Rússia, em conjunto com Belarus e Cazaquistão (POMERANZ, 2014).

Tais decisões desaguararam em revoltas internas dada a insatisfação da população com as medidas internacionais do governo, gerando uma nova crise interna. A situação atingiu níveis graves com a invasão da Crimeia por parte da Rússia, discutida na sessão anterior. Essa sucessão de acontecimentos provocou a quarta fase da política internacional ucraniana, o retorno à busca de laços mais fortes com o Ocidente.

Em síntese, a Ucrânia, na tentativa de estabelecer sua identidade internacional e manter sua integridade territorial, viveu entre dois mundos à procura de alianças e cooperações que pudessem lhe garantir segurança e desenvolvimento, haja vista que, como um Estado vulnerável e inferior em capacidades militares, reconhece necessitar estar acompanhado dos mais fortes para manter a proteção de suas fronteiras frente às ameaças. Não obstante, suas frustrações não poderiam ser maiores. Sem grandes ganhos diante do que esperava do Ocidente, teve suas relações com a Rússia fragilizadas, sofrendo mudanças nos últimos anos que mais tarde direcionariam ao conflito direto entre ambos.

### **3.3 Transformações na relação bilateral entre Rússia e Ucrânia 2019-2021**

Após o ano de 2015 as tensões entre Rússia e Ucrânia sofreram drástico escalonamento. A recusa ucraniana em cumprir o Acordo de Minsk com as regiões separatistas do Donbass despertaram na Rússia a certeza de que estava perdendo o controle da sua zona tampão — que por muitos anos esforçou-se para assegurar a sua volta, às custas dos ex-parceiros soviéticos, na tentativa de guardar o território central da órbita soviética das ameaças do Oeste, com o argumento de também estar protegendo os Estados em seu entorno (ELSHERBINY, 2022).

O conflito no Donbass, desencadeado logo após a anexação da Crimeia, ratificou duas coisas. Primeiro, a Ucrânia, por um lado, não estava disposta a abrir mão da integração e

administração de outras partes de seu território, bem como a subjugar sua soberania e reagiu aos movimentos separatistas com medidas repressivas e apoio militar da OTAN, mas sem efeito. A Rússia, por outro lado, não mediria esforços para manter sua influência nos territórios ao longo de sua fronteira. Sobre isso, Haesebrouck e Taghon (2022) ressaltam que:

Essencialmente, o principal objetivo da Ucrânia era estabilizar o conflito no Donbass ao passo que retomava sua soberania. A Rússia, por sua vez, estava particularmente interessada em canalizar uma autonomia política substancial às repúblicas separatistas para minar a soberania da Ucrânia, ao passo que impedia as ambições ocidentais de Kiev (HAESEBROUCK; TAGHON, 2022, p. 5, tradução nossa).

O atrito deixou para a Rússia a certeza de que, se quisesse manter o Ocidente longe de seus interesses, era necessário “manter a Ucrânia do seu lado a todo custo” (ELSHERBINY, 2022, p. 5, tradução nossa). Para a Ucrânia estava claro que já não caminhava mais em conformidade com as perspectivas russas e precisava de reforço internacional para manter a independência, assegurar seu direito de soberania e preservar a integridade de suas fronteiras.

Determinada a não mais limitar-se sobre a sombra da sua potência vizinha, em 2017 a Ucrânia finalizou os trâmites do Acordo de Associação com a União Europeia e o acordo de livre comércio DCFTA (sigla em inglês para Acordo de Livre Comércio Abrangente e Aprofundado). No que tange a OTAN, a península ucraniana passou a receber amplo apoio — mesmo que sem intervenção direta ou oferta direta para participação como membro da organização — expressos em forma de reforço em suas forças militares e aprimoramento das próprias habilidades para tratar com os desafios cada vez mais latentes frente a Federação Russa (HAESEBROUCK; TAGHON, 2022).

Com as eleições de 2019, a política externa ucraniana sofreu decisivas transformações no decorrer dos anos. Ainda que tenha buscado uma política internacional mais branda em relação a Rússia e reconsiderado seus canais diplomáticos — decidida a rever o Acordo de Minsk nas questões do Donbass — a Ucrânia não reconheceria a independência da Crimeia, tampouco deixaria passar despercebido a intervenção russa nos conflitos em Lugansk e Donetsk, haja vista que a soberania da Ucrânia seria a principal pauta política do novo governo no sistema internacional (HAESEBROUCK; TAGHON, 2022).

Destinada a recomeçar para se desenvolver, a Ucrânia voltou-se para a postura diplomática no sistema internacional “na urgência por medidas para reformar e fortalecer o Estado” — Decreto do Presidente da Ucrânia Nº 837/2019 que visava integrar política e segurança internacional, as medidas nele presentes deveriam ser implementadas até o final do ano de 2020 (UKRAINIAN PRISM, 2019). Reatar laços com seus vizinhos, fortalecer suas alianças e parcerias estratégicas com a União Europeia e OTAN — “que mais tinham haver

com reformas internas do Estado” (UKRAINIAN PRISM, 2019, p. 20, tradução nossa) durante o ano de 2019, mas visando a adesão futura — enquanto lutava contra a agressão da Rússia na retomada da região do Donbass, traduziram as ambições de V. Zelensky para fortalecer a soberania ucraniana.

O Conselho de Política Internacional Ukrainian Prism observou de modo geral o ano de 2019 “marcado pelo maior interesse político para com Canadá, Polônia, EUA, França, Estados Bálticos e UE, pela diplomacia econômica e cooperação com o Conselho da Europa. A questão dos países vizinhos constava ainda presente na agenda, mas com ênfase reduzida” (2019, p. 21, tradução nossa). O foco principal achava-se no desenvolvimento do Estado a partir da cooperação e adesão com a União Europeia e Organização do Tratado do Atlântico Norte, conforme constava a emenda constitucional — *Law to Amend the Constitution of Ukraine on the Strategic Course to Obtain Full EU and NATO Membership* — sobre a rota estratégica da Ucrânia (UKRAINIAN PRISM, 2019).

Ainda que tivesse metas definidas, não houve sucesso para cumpri-las. Devido às instabilidades internas do Estado, a transição governamental, e outros fatores externos, a política internacional de expansão das relações de cooperação internacional e apoio, assim como as medidas para pressionar Federação Russa para retirar-se das regiões separatistas, tornaram-se obsoletas, embora contasse com o apoio da aliança atlântica para exercer resistência na região (UKRAINIAN PRISM, 2019).

Os anos de 2020-2021 assistiram a acontecimentos atípicos que vieram a impactar diretamente na política internacional ucraniana, assim como em todo sistema internacional. A pandemia, apesar de impor graves restrições em todos os âmbitos estatais, não paralisou a política internacional da Ucrânia. Como será visto, apesar de não ter sido efetivada conforme as expectativas de 2019, foi ajustada a realidade internacional para ser alcançada.

Devido às providências de urgência aplicadas para controle da pandemia, a nova Estratégia Nacional de Segurança para o ano de 2020 só veio a ser colocada em prática a partir de setembro de 2020. No documento, constava a lista de Estados prioritários aos interesses nacionais que observava o status de importância daqueles para a Ucrânia; aos mais relevantes, era destinado o espaço de natureza estratégica prioritária, para outros, estar entre os parceiros estratégicos de desenvolvimento já estava bom.

Em relação ao planejamento estratégico anterior, os principais objetivos para garantia de soberania e independência permaneceram no topo das prioridades do ano em questão, entretanto, a preocupação com as lacunas que vinham sendo abertas pela crise pandêmica e a

atenção voltada para a adesão à OTAN e UE implicaram em déficit de atuação por parte do Estado na região do Mar Negro e da aplicação da política de vizinhança.

As atividades de política externa da Ucrânia foram grandemente afetadas pela pandemia de COVID-19 em 2020. No entanto, o êxito dessas atividades dependeu da capacidade de se adaptar rapidamente às novas restrições, de estabelecer novos canais de comunicação, de transferir o diálogo a todos os níveis para o formato em linha e de encontrar pontos comuns na luta contra a pandemia. Conseqüentemente, as embaixadas da Ucrânia suportaram o encargo da manutenção do diálogo bilateral ao longo do ano (UKRAINIAN PRISM, 2019, p. 20, tradução nossa).

A integração à União Europeia nesse contexto foi, tradicionalmente, um dos planos políticos o qual a Ucrânia mais investiu esforços, contudo, voltado à cooperação econômica e política como meio de remediar a crise, o que colocou a pauta de adesão à união aduaneira em segundo plano por um tempo. Quanto à relação Ucrânia-OTAN, os diálogos permaneceram a todo vapor, contando com espaço prioritário de encontros nas agendas presidenciais da Ucrânia (UKRAINIAN PRISM, 2019).

As tentativas de conter a agressão da Rússia em apoio aos separatistas do leste da Ucrânia mantiveram-se como prioridade, além do apoio da OTAN no reforço militar ucraniano para sustentar a resistência na região de Donetsk e Lugansk, das sanções aplicadas à Rússia, a articulação internacional reuniu esforços nos encontros diplomáticos para sustentar a Ucrânia reforçando as medidas restritivas contra a Federação Russa, assim como, estendendo diferentes formatos de cooperação (UKRAINIAN PRISM, 2019).

O tipo híbrido de guerra — também conhecido como guerra de 4ª geração “representa um complexo estratégico de práticas que conjugam as tradicionais técnicas militares de conflito, como ataques diretos de ocupação territorial [...] combinados aos métodos invasivos diretos” (ANTUNES; LIMA, 2022, p. 463) — adotado pela Rússia permanecia em operação até que Kiev cedesse às pressões. A estratégia consistia no posicionamento de tropas fixas com manobras de combate socialmente antipáticas que implicavam na invisibilidade do ataque. O ativo prático social operacionalizado pela Rússia na região do Donbass incluíam a inflamação dos grupos separatistas e exploração das fragilidades do território (ANTUNES; LIMA, 2022).

Tais operações condicionaram a Ucrânia a manter sua política externa alinhada ao Ocidente a fim de desocupar seu território dominado pelas forças russas. Conforme o próprio Conselho de Política Internacional da Ucrânia esclarece:

O reforço do apoio internacional à Ucrânia continuou a ser uma direção estratégica no âmbito dos instrumentos políticos e jurídicos para combater a agressão russa. Uma nova Estratégia de Segurança Nacional da Ucrânia [...] determina como prioridade máxima o estabelecimento da paz, o restabelecimento da soberania e da integridade territorial da Ucrânia dentro das suas fronteiras estatais internacionalmente reconhecidas. Uma das bases para alcançar este objetivo fundamental é o desenvolvimento de relações estratégicas com os principais parceiros estrangeiros,

principalmente com a UE e a NATO e os seus Estados-Membros, bem como com os Estados Unidos (UKRAINIAN PRISM, 2020, p. 276, tradução nossa).

A manutenção das sanções contra a Rússia representava medida diplomática e pacífica da qual a Ucrânia dispôs em conjunto com os Estados ocidentais para coagir a potência vizinha a ceder, contudo como dito anteriormente, não foram suficientes. A Ucrânia se via cada vez mais necessitada de apoio prático para condicionar as forças russas para fora de seu território e retomar o controle da região, assim como garantias de que não teria suas fronteiras ameaçadas novamente, sobretudo na região leste.

Notas à imprensa por parte do Ministério das Relações Exteriores da Ucrânia no início do ano de 2021 demonstraram a preocupação e repúdio do Estado para com a postura agressiva da Rússia determinada a dividir a península e destruir o Estado. Dados divulgados pelo mesmo, após sete anos de invasão da Crimeia, evidenciam em números a operação russa na região do Donbass que impulsionou a atuação Ocidental em apoio a Ucrânia na implicação do retrocesso das forças russas na região uma vez que vinha causando a perturbação europeia ao fazer uso de “um amplo arsenal de ferramentas híbridas para criar instabilidade nos países vizinhos e minar sua condição de Estado e soberania.” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA UCRÂNIA, 2021).

Figura 2 — Ativos militares russos na Ucrânia



Fonte: Ministério das Relações Exteriores da Ucrânia (2021)

Diligente para manter oposição a ofensiva militar russa, em 2021 a Ucrânia consolidou um planejamento claro com metas, prioridades e tarefas de resistência e defesa devido a recusa da Federação Russa em empenhar-se nos processos de negociação no formato Normandia — reunião diplomática que contou com a participação da Rússia, Ucrânia, França e Alemanha para discutir as questões dos conflitos separatistas no leste da Ucrânia e encontrar uma alternativa para que fossem cessados (MONAGHAN; LOHSEN; MORCOS, 2022) — e cumprimento dos acordos estabelecidos pelo Grupo de Contato Trilateral composto pela Rússia, Ucrânia e a Organização para Segurança e Cooperação na Europa (MONAGHAN; LOHSEN; MORCOS, 2022; UKRAINIAN PRISM, 2021).

Diante de tal desafio de segurança:

A Ucrânia lançou novas iniciativas internacionais para aumentar a pressão sobre a liderança da Rússia e implementar a política de desocupação do território ucraniano [...]. As prioridades da política externa da Ucrânia em 2021 incluíam a construção de uma coalizão para combater a agressão da Rússia, integração com a UE e a OTAN e a expansão para os novos mercados da Ásia (UKRAINIAN PRISM, 2021, p. 15, tradução nossa).

Em síntese a política internacional da Ucrânia, desde a anexação da Crimeia, esteve voltada para a expulsar a Rússia de suas linhas internas e reafirmar sua soberania, ora impaciente e desejosa por de fato viver sua independência, ora mais cautelosa e racional valorizando as medidas diplomáticas para a solução das controvérsias.

A Rússia na contramão das arguições da península ucraniana, certa de que o mundo está a passar por uma transição de ordem global, não estava disposta a perder espaço para o Ocidente, tampouco quando o espaço é na verdade a sua zona de influência estratégica. Além disso, a insistência no atrito revela o desejo da mesma em ser reconhecida como a grande potência que tem se empenhado para ser — “recorrendo mesmo a políticas coercitivas de modo a assegurar os seus interesses e evitar ingerências externas que considera como ameaçadoras” (FREIRE, 2022, p. 28) — e assumir responsabilidades na segurança europeia por se ver como Estado central da região que antes geria quando composta por repúblicas soviéticas (FREIRE, 2022).

Com visões divergentes e sobrepondo o interesse nacional à paz, a relação bilateral Rússia-Ucrânia não assistiu ao estabelecimento de acordos que viessem a ser de fato aplicados, a confiança na potência vizinha já não era algo que a Ucrânia depositava e a certeza de que tinha controle sobre seu “país irmão” (FREIRE, 2022, p. 37) já não existia para a Rússia. Frente a colisão de interesses a “sorte” está com aquele que é capaz de impor a própria, seja por meios diplomáticos seja pelo uso da força.

### 3.4 Considerações parciais

Ao observar os acontecimentos descritos na seção anterior, da análise é absorvido o entendimento de que a Ucrânia, imaginando agir em autonomia e independência, na verdade é palco de um embate maior do que o que suas fronteiras são capazes de comportar e sua política de resolver.

Entretanto fica evidente que, ainda que tivesse conhecimento das divergências existentes e persistentes entre a Rússia e os Estados ocidentais, não buscava levantar-se contra a mesma, buscava defender-se e garantir o reconhecimento por parte da Federação Russa de que era independente; motivo pelo qual a Ucrânia adotou a postura neutra nos anos iniciais de sua política externa autônoma. O problema é que a Rússia não queria um Estado neutro, no meio da balança de poder um Estado pode pender para qualquer um dos dois lados — a escolha vai depender de qual fornece mais vantagens aos interesses nacionais —, e era desejo da potência que fosse de volta a sua esfera de influência ou, até mesmo, de seu domínio (ALLISON, 2022).

Como Estado mais fraco, estabelecer alianças que venham a garantir a integralidade de suas fronteiras e segurança estatal é tática básica e racional para se manter no sistema internacional (MEARSHEIMER, 2001). Assim sendo, a atuação ucraniana apresentava-se legítima e, ainda que fosse a peça chave de um embate superior às próprias capacidades entre os dois anteriores polos ideológicos, exercia o papel de Estado soberano na promoção do próprio desenvolvimento.

Veremos, no próximo capítulo, fatores significativos para a tomada de decisão da Rússia em iniciar uma guerra contra a Ucrânia pautados de acordo os 5 princípios fundamentais da teoria de Mearsheimer, com o propósito de analisar as motivações russas, conforme a teoria, para a realização da ofensiva.

#### 4 A ECLOSÃO DA GUERRA NA UCRÂNIA SOB A LUZ DO REALISMO OFENSIVO

Este capítulo tem como intento realizar um estudo acerca do início do conflito direto entre Rússia e Ucrânia, retomando a teoria do Realismo Ofensivo como instrumento de elucidação dos acontecimentos. Como descreve John Mearsheimer, “o Realismo Ofensivo é como um poderoso relâmpago em um quarto escuro: ainda que não possa iluminar cada canto e recanto, na maior parte do tempo é uma excelente ferramenta para navegar pela escuridão” (2001, p. 25, tradução nossa). Nesse sentido, será analisado o contexto da guerra e seus aspectos conforme os limites teóricos — definidos pelos 5 princípios fundamentais do Realismo Ofensivo, descritos no capítulo 2 — e temporais, “considerando ser um acontecimento em andamento, sujeito, portanto, às incertezas, à “névoa da guerra” de Clausewitz” (ESCOLA DE GUERRA NAVAL, 2022, p. 3), a fim de compreender, sob determinado prisma, as motivações russas para o ataque.

A nova ordem mundial em curso é assunto de debates no campo acadêmico. Há divergências de entendimento quanto ao período pós-bipolaridade. Se para alguns estudiosos o sistema atingiu o auge das transformações políticas internacionais — Francis Fukuyama (1992) —, com o triunfo dos ideais liberais estadunidenses, para outros “o mundo vive um processo de transição entre uma ordem centrada nos Estados-nação e um futuro ainda não claramente definido” (AYERBE, 2006, p. 57).

Para Brzezinski,

A longo prazo, as políticas globais tenderão a ser cada vez mais incompatíveis com a concentração de poder hegemônico nas mãos de um único Estado. Daí que os Estados Unidos não só são a primeira e a única verdadeira superpotência global, senão que, provavelmente, serão também a última (BRZEZINSKI, 1998, p. 212 apud AYERBE, 2006, p. 57).

De encontro ao pensamento de Fukuyama quanto a nova ordem mundial, Brzezinski postula que a tendência do sistema é sofrer mudanças. Mais, o sentimento revisionista dos Estados, destacado por Mearsheimer (2001), buscará garantir que a liderança hegemônica dos EUA não seja contínua. A partir da observação sobre os últimos anos, desprende-se a percepção que tal ordem é também pressionada por outros Estados, com potencial de protagonismo no Sistema Internacional, como China, para chegar ao fim — “Rússia e China inegavelmente estão incrustadas em algumas das mais importantes páginas da história do sistema internacional. Não

é de outro tipo o protagonismo regional e global que procuram desempenhar na atualidade, cada uma com suas táticas e estratégias” (ALVES et al., 2012 p. 51).

No início do novo rearranjo geopolítico internacional a nação norte-americana estava em posição privilegiada (AMAL, 2016). A Rússia, por outro lado, encontrava-se limitada em seus interesses nacionais e sabia que precisava mudar o quadro geopolítico para que não fosse coagida a ceder à totalidade das vontades ocidentais. Ciente das propensas transformações do sistema das relações internacionais, esta última tem buscado a promoção da multipolaridade como meio de enfraquecer a hegemonia norte-americana, vista como uma ameaça às ambições da ex-república soviética (RÚSSIA, 2000);

afinal, segundo Gabriel Adam, “é muito mais vantajoso ser uma grande potência entre pares do que uma grande potência num cenário dominado por uma superpotência” (ALVES et al., 2012, p. 55).

Nas linhas de distribuição do poder entre os Estados, Mearsheimer (2001) pontua a multipolaridade como a ordem mais propensa ao conflito, à disputa pela hegemonia. Para o autor basilar deste estudo, é a competição por poder que molda a estrutura anárquica do Sistema Internacional, ao passo que, é a atuação das grandes potências que determina a dinâmica interestatal. Se o curso natural do poder concentrado sob o domínio de mais de um Estado é a guerra, é de se esperar que a transição para esse modelo de polaridade também decorra de uma guerra.

A Rússia, como grande potência na atualidade, ainda que não caminhe sobre proposital observância do estudo teórico acerca do meio internacional, atua de maneira condizente às interpretações acadêmicas tidas como pessimistas a respeito da realidade e suas inclinações ao atrito. A percepção realista, no que se refere à postura da Federação, tem como fonte primária a formalização dos interesses nacionais da mesma em documentos oficiais redigidos e retificados a partir dos anos 2000. Estes, ao serem conjugados com a política internacional da Rússia, abrem espaço para a sua classificação como “guias gerais” desta (ALVES et al., 2012).

A manifestação explícita de seus objetivos e meios através dos referidos documentos, concedem base para interpretação ofensiva de suas ações que, inicialmente em palavras, demonstram autoridade, sentimento de superioridade e rejeição a qualquer tipo de dominação externa.

O Conceito de Política Externa da Rússia manifesta, entre outras intenções:

Garantir a segurança confiável do país, preservar e fortalecer a sua soberania e integridade territorial, alcançar posições firmes e de prestígio na comunidade mundial, mais plenamente consistentes com os interesses da Federação Russa como uma grande potência, como um dos mais influentes centros do mundo moderno e que são

necessários para o crescimento do seu potencial político, econômico, intelectual e espiritual (RÚSSIA, 2000).

Para acompanhar estes supracitados, também é válido mencionar a política de “boa vizinhança”, destacada entre as prioridades da política externa da Federação. O entorno regional representa uma perspicaz estratégia russa de segurança por, acima de tudo, guardarem as suas fronteiras contra ameaças externas. A própria existência — tida como questionável pela Rússia após o fim da Guerra Fria, uma vez que emergiu como resposta ao Pacto de Varsóvia e este já não vigora mais — engajou a OTAN, sob aspectos determinantes, como um inimigo da potência euroasiática (PICCOLLI; 2016).

Traços soviéticos na conduta Russa, marcados pelo saudosismo da URSS e seu trágico fim — como é visto, pelos líderes russos — e a emergência de potenciais causas que ameaçam o equilíbrio da nova ordem internacional podem ser citados como alguns dos motivos para a continuidade da aliança militar e sua expansão rumo à zona de influência russa (PICCOLLI; 2016). Atenta às movimentações dos aliados ocidentais, a Doutrina Militar da Federação Russa postulou,

A OTAN como principal ameaça militar externa: “... a capacidade potencial de poder da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), dando-lhe funções globais que violam o direito internacional, o acesso a infraestrutura militar a países membros da OTAN às bordas a Federação Russa, inclusive através de uma maior expansão do bloco (RÚSSIA, 2013, apud PICCOLLI; 2016, p. 23).

Nas últimas duas décadas, dois cenários expressaram a recusa da Rússia em tolerar as influências ocidentais em seu exterior próximo, sendo eles: a Guerra na Geórgia (2008) e as fragilidades com a Ucrânia que culminaram na anexação da Crimeia (2014). A certeza do Estado russo de que estava sendo ameaçado pela organização crescia a cada país europeu que incorporava à aliança. “A preocupação russa é factual: vê a OTAN como uma ameaça à sua segurança” (PICCOLLI, 2016, p. 22), e vê suas influências como esforços norte-americanos na formação de pequenas zonas de proteção ao longo de suas fronteiras, que representam um sinal de alerta não somente à segurança russa, mas também à sua sobrevivência (PICCOLLI, 2016).

É, de maneira sutil, por tal motivo e, de maneira declarada, pelo povo russo presente nas regiões separatistas do Donbass que a Rússia invadiu novamente a Ucrânia em 2022, mas desta vez o objetivo não estava limitado à desmilitarização e desnazificação da Ucrânia e do povo russo contra o regime de Kiev. Desta vez a Rússia estava disposta a expressar do que era capaz para garantir seus próprios interesses e para manter seus rivais distantes das suas zonas estratégicas (WAXMAN, 2022). A proporção do ataque elucida o que para Mearsheimer (2001) é um fato — a melhor forma de defesa é uma boa ofensiva; os ganhos elevam o poder do Estado

que optou pela estratégia principal para se obter maiores capacidades militares e latentes às custas de outro semelhante, a guerra.

Isto posto, o presente capítulo faz uma análise da correlação entre as 5 premissas basilares do Realismo Ofensivo e as potenciais causas da guerra na Ucrânia, sendo organizado conforme a seguinte ordem: no primeiro subtópico é abordado acerca da oportunidade para a guerra no sistema internacional e observa a primeira suposição ofensiva quanto a anarquia internacional em conjunto com a quinta suposição teórica acerca da racionalidade da atuação das grandes potências; no segundo subtópico é observado a segunda suposição da teoria quanto a capacidade ofensiva inerente das grandes potências ao compreender as capacidades potenciais da Ucrânia para a Rússia, assim como aborda as capacidades que esta última já detém; o terceiro e último subtópico trata das duas demais premissas ofensivas ao perceber a Ucrânia como ponto chave para a segurança russa e em risco diante da incerteza quanto a atuação das demais grandes potências (terceira premissa) em sua zona de influência, crucial para garantia do seu principal objetivo, enquanto Estado, sobreviver (quarta premissa).

#### **4.1 A oportunidade internacional para a ofensiva russa (2020-2022)**

Um fator analisado por uma grande potência, que pode moldar sua estratégia e preparo ao longo da própria política internacional, é a oportunidade, a identificação de circunstâncias favoráveis no âmbito externo para a realização de tática ofensiva e consequente alteração da balança de poder a seu favor. Esta expertise é parte dos cinco princípios basilares do Realismo Ofensivo, “[...] as grandes potências são atores racionais. Elas estão a par do ambiente externo e pensam estrategicamente em como sobreviver nele.” (MEARSHEIMER, 2014, p. 57, tradução nossa), logo o aproveitamento da abertura internacional, graças a anarquia que caracteriza o meio externo, é assim bem sucedido se racionalmente avaliada as condições em curso e implicações futuras.

Mearsheimer (2014, p. 55, tradução nossa) afirma que “grandes potências estão sempre procurando por oportunidades para ganhar poder sobre seus rivais” por serem Estados “que possuem intenções revisionistas em seu núcleo” (2014, p. 55, tradução nossa), o que concede prioridade à autoajuda para garantir a própria segurança em um cenário internacional anárquico propenso a ameaças e conflitos.

No Sistema Internacional, a oportunidade é assim de fato vista quando apresenta condições razoáveis, com chances de benefícios potenciais significativamente maiores que os custos, para a realização de uma ofensiva capaz de proporcionar crescimento nacional, garantir

espaço de influência na comunidade internacional ou ter por certa a segurança do Estado, bem como a sua soberania.

Somente um Estado desorientado passaria uma oportunidade de se tornar um Estado hegemônico no sistema por pensar que já tinha poder suficiente para sobreviver. Mas, ainda que uma grande potência não tenha os recursos para atingir a hegemonia (e esse é geralmente o caso) ele ainda poderá agir ofensivamente para acumular o quanto de poder for capaz, porque os Estados estão quase sempre melhores com mais do que com menos poder (MEARSHEIMER, 2014 p. 60, tradução nossa).

Nesses termos, a busca pela multipolaridade torna-se, na prática, a busca por poder às custas da hegemonia estadunidense. Independente de qual seja a grande potência a buscá-la, ou os meios, terá como alvo final, intencionalmente ou não, os Estados Unidos, por ser o único Estado a ocupar a posição de superpotência na conjuntura internacional e organizá-la como unipolar. O acúmulo de poder por mais de um Estado, além de configurar ordem internacional mais propensa ao conflito, possui maior abertura para o desenvolvimento dos Estados conforme os próprios interesses, por esse motivo compreende-se a relevância dessa estrutura para a política externa russa.

Entretanto, é importante destacar que apesar da ofensiva direta ser marcada pela proporcionalidade inversa, em que, como considera Mearsheimer (2001), o ganho de um Estado é a perda de outro. Não necessariamente é desta forma quando se trata de um conflito indireto envolvendo um terceiro ator. Neste caso, a perda trata-se de um impedimento quanto ao adversário adquirir maiores vantagens sobre si — uma leitura concernente à barreira que a Rússia deseja manter entre suas fronteiras e as forças ocidentais por meio da Ucrânia.

Junto a isso, o avanço russo contra a Ucrânia, representa, entre outros fatores, os esforços da ex-potência soviética em promover a multipolaridade na estrutura internacional e restringir o avanço dos Estados Unidos e seus aliados à sua zona de influência. Ainda que não tenha sido um ataque face às forças norte-americanas ou claramente ocidentais — levando em conta que a Ucrânia como efetivo membro da OTAN ou parte da União Europeia não era uma realidade quando se deu a invasão —, reverbera as eminentes transformações geopolíticas do meio externo e posição dos EUA como líder mundial colocadas em cheque, não por sofrer extravio de suas capacidades para outro Estado, mas por razões de este outro alcançar paridade com a potência hegemônica em alguma vertente de poder, como é o caso entre EUA e China no que tange à vertente econômica.

Isto posto, é importante dedicar espaço à discussão das potenciais causas que conjecturam possibilidade de projeção ofensiva da Rússia contra as fronteiras da Ucrânia em

fevereiro de 2022, uma vez que sem o entendimento do contexto é inviável a compreensão da ação.

#### 4.1.1 A ascensão da China no radar dos Estados Unidos

Durante a Guerra Fria o bilateralismo entre Estados Unidos e China assume caráter cúmplice condicionado pela existência de um adversário em comum, a URSS. A relação privilegiada entre ambos os Estados se intensifica com a retomada de diálogos geopolíticos e colaboração econômica, iniciada com as reformas econômicas da China na década de 1990, dessa forma os interesses econômicos de ambos os países guiaram as relações entre sino-americanas (COSTA, 2015).

As reformas de 1992 e 1997 se operaram no marco de um aprofundamento da relação com os Estados Unidos [...]. A relação sino-americana continuou se fortalecendo, mesmo tendo em vista que no início da década de 1990 os conceitos para a definição das relações entre os Estados elaborados pela China e os Estados Unidos fossem absolutamente distintos (COSTA, 2015, p. 114).

Enquanto para a China, as relações com os EUA se sucediam para a edificação de uma nova ordem internacional, sem deixar de lado os próprios interesses nacionais, para os Estados Unidos o objetivo era a aplicação do plano de expansão e fortalecimento da “comunidade mundial de democracias baseadas no mercado” (COSTA, 2015, p. 114). Entretanto as proximidades da potência capitalista com o Estado socialista começam a desacelerar ao longo dos anos 2000, enfrentando altos e baixos em seus laços diplomáticos — as discussões em torno de questões envolvendo o reconhecimento de Taiwan como independente por parte dos Estados Unidos, acirram uma disputa militar na região — a ponto de tornarem-se delicados e tênues a partir de 2019 (COSTA, 2015; GOLDSTEIN 2020).

Apesar da cooperação econômica não ser uma aliança em todos os aspectos, representa em outro âmbito o que afirma Mearsheimer (2001) quanto a associação entre grandes potências, um casamento de conveniência mantido sob condições vantajosas para aqueles que fazem parte, podendo ser desfeito a partir do momento que alguma das partes dispõe-se a abrir mão do acordo e desfazer a relação — “os parceiros aliados de hoje podem ser os inimigos de amanhã [...]” (MEARSHEIMER, 2001, p. 45, tradução nossa), assim como em termos econômicos os colaboradores de hoje podem ser os concorrentes de amanhã.

O crescimento econômico Chinês na comunidade internacional, implicou maior protagonismo no mercado com o aumento da exportação industrial, comprovado pela presença dos produtos “*made in China*” cada vez mais recorrentes nos despachos aduaneiros. À medida

que a presença dos produtos chineses no mercado alavancou, além da forte presença e capacidade militar chinesa na região da Ásia-Pacífico — região essa cada vez mais visada pelos EUA — as relações sino-americanas estreitaram e revelaram que a notável interdependência econômica entre ambos era agora uma ameaça ao protagonismo Estadunidense no sistema internacional e uma barreira ao desenvolvimento econômico mais amplo da China.

É particularmente preocupante a dependência da China das fontes americanas para obter insumos cruciais para setores tecnologicamente avançados [...]. Essa preocupação foi manifestada na iniciativa Made in China 2025 que visa reduzir a forte dependência da China em relação aos EUA para componentes essenciais (GOLDSTEIN, 2020, p. 52, tradução nossa).

Atados nessas condições, a dissociação por completo, graças a anarquia internacional, implicaria numa disputa sem precedentes entre ambas as potências, tornando-se mutuamente uma fonte de ameaça clara aos interesses nacionais tanto da China quanto dos Estados Unidos (GOLDSTEIN, 2020).

A anarquia, característica central do Sistema Internacional, acompanhada da soberania dos Estados, como uma das cinco premissas fundamentais do Realismo Ofensivo, também desempenham papel protagonista na percepção de segurança quanto às questões econômicas.

A condição de anarquia, a abstenção de uma autoridade supranacional que possa de maneira confiável resolver as disputas entre os Estados, restringe todos a pensar sobre a possibilidade de que irão precisar garantir a própria segurança. Quando a intensidade de tais preocupações com a segurança se aprofunda, é mais provável que os estados se preocupem com suas vulnerabilidades. Essas vulnerabilidades não se limitam às ameaças militares que outros poderiam representar; elas incluem as vulnerabilidades resultantes da interdependência econômica (GOLDSTEIN, 2020, p. 50, tradução nossa).

Dito isso, as incertezas quanto ao futuro moldadas pela anarquia internacional colocam em acirrada disputa a hegemonia norte-americana com a potência chinesa por espaço nas relações internacionais. Contudo, apesar da frágil relação diplomática, os custos dos rompimentos por completo podem ser ainda mais arriscados, se levado em conta que haveria desfalque em cadeias de produção além da renúncia à cooperação de pesquisas que fomentam o desenvolvimento científico e tecnológico (GOLDSTEIN, 2020).

Tal impasse, além de ocupar espaço nos debates acadêmicos como possibilidade de uma nova guerra fria ou não, foi prioridade na política internacional estadunidense ao longo de toda a segunda década dos anos 2000 (GOLDSTEIN, 2020). Sua manutenção no centro das atenções norte-americanas é ratificada com a ocorrência da pandemia causada pela COVID-19 que, de acordo a Organização Pan-Americana da Saúde associada a Organização Mundial da Saúde, teve início na cidade de Wuhan/China; mais uma razão para a intensificação da inimizade entre ambos os Estados e condição oportuna para a articulação militar da Rússia nas fronteiras com

a Ucrânia poucos anos mais tarde — uma vez que não apenas a atenção do então Estado hegemônico estava voltado para a região asiática, o que concede maior liberdade de atuação russa na Ucrânia, como também as demais potências encontravam-se atentas a remediação das crises internas desencadeadas pelo vírus que se alastrou mundialmente no ano de 2020.

#### 4.1.2 A pandemia da COVID-19 e suas consequências para a eclosão da Guerra na Ucrânia

A guerra na Ucrânia eclodiu quando a pandemia, ocasionada pela proliferação da COVID-19 ainda manifestava seus efeitos negativos por toda parte. Como elemento surpresa no Sistema Internacional, o vírus abalou fundamentos sólidos, à exemplo, a estabilidade da União Europeia, ao passo que agravou conflitos, como a relação sino-americana vista anteriormente, e crises já existentes, como adversidades internas da potência hegemônica estadunidense e da Ucrânia, que ainda lutava contra as tensões na região do Donbass (tensões retomadas na seção seguinte), entre outros diversos fatores agravados pela crise econômica e pelas demais vertentes estatais. Em síntese a pandemia serviu como forte catalisador de tendências (JIEMIAN, 2020).

Na rede internacional da qual os atores soberanos fazem parte, conectados e interligados pela tecnologia, acontecimentos inesperados de impacto negativo exacerbado não reverberam apenas em áreas isoladas, tampouco permitem que o meio, assim como aqueles que o integram retornem a seu estado anterior. Pelo contrário, como bem ressalta Leonid Grinin:

Deve-se observar que as mudanças na ordem mundial e o desenvolvimento depressivo da crise [...] estão intimamente relacionados. É nesses períodos de fraco desenvolvimento econômico que os fenômenos turbulentos se intensificam na política mundial, a ordem é abalada e a busca por novos princípios começa (GRININ, 2020, p. 121, tradução nossa).

Assim sendo, a Rússia, ainda que não isenta das consequências da crise, não abriu mão do exercício de sua política externa na busca pela multipolaridade, bem como pelo reconhecimento e manutenção do status como grande potência na comunidade internacional; objetivo este que enfatiza Fenghua Liu (2022) como “Diplomacia da Grande Potência”.

Por esse motivo, compreende-se a afirmação de Grinin ao expressar projeções quanto a países como a Rússia na pandemia e a alternativa para remediar as consequências. “Em países como a Rússia, os problemas atuais podem interromper completamente o crescimento econômico, o que levará a perda de poder econômico, que pode tentar compensar por meio de uma política externa mais ativa e agressiva” (2020, p. 129, tradução nossa). Isto posto, e como será visto nos tópicos seguintes, foi o primeiro Estado a tomar parte das condições

internacionais favoráveis a mudanças para agir, haja vista que as demais grandes potências estavam voltadas para a recuperação interna de suas estruturas.

Os Estados Unidos, a Ucrânia e a União Europeia, assim como os demais Estados, sofreram graves abalos econômicos e militares que afetaram as estruturas estatais de maneira assimétrica. Crises humanitárias, econômicas e políticas desestabilizaram não apenas as estruturas estatais como, já mencionado acima, todo o sistema internacional. A recessão econômica, trouxe para os EUA um recuo de três anos dos ganhos econômicos adquiridos até então — estando sob a responsabilidade e capacidade de algumas poucas companhias sustentar o mercado e enfrentar a crise —, aumento do desemprego e conseqüente diminuição do poder aquisitivo da população, além de instabilidades diplomáticas nos laços multilaterais da superpotência, em especial com a União Europeia, grande aliada norte-americana (CARVALHO; SENHORAS, 2020).

Patrícia Carvalho e Elói Senhoras sobre isso, destacam que:

Em maio e junho de 2020, o presidente Trump retirou quase um terço das forças armadas dos EUA estacionadas na Alemanha e todas do Afeganistão, e anunciou a saída dos Estados Unidos da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Tratado de Céu Aberto, sem mencionar as relações dos EUA com a União Europeia [...] que estão piorando desde 2016, e onde há até mesmo a sensação mais clara de que as fraquezas da América do Norte estão sendo expostas (CARVALHO; SENHORAS, 2020, p. 15, tradução nossa).

No âmbito militar, um estudo realizado por um grupo de pesquisadores (SUSILO et al., 2022) sobre crescimento econômico e gastos militares efetuados pelo Estados durante a pandemia revela que os Estados desenvolvidos fizeram uso dos recursos destinados aos gastos militares para controlar os efeitos econômicos negativos da crise, enquanto os Estados em desenvolvimento utilizaram dos recursos para suprir a falta de recursos acarretada pelo mesmo motivo. Não apenas isso, mas tropas militares tiveram que ocupar-se com as atividades domésticas de seus países, algo que é geralmente destinado a forças internas de segurança (WILÉN, 2020).

É então entendido que o cenário internacional pandêmico, ainda que vigente, mas sob controle quando houve o desencadeamento da Guerra na Ucrânia, corroborou para a atuação ofensiva russa. Impulsionada pela possibilidade de transformações estruturais no sistema internacional graças à crise global, a Rússia agiu na tentativa de sobressair no meio externo, e atingir seus objetivos agora já conhecidos quanto à expectativa em relação ao seu exterior próximo. O enfraquecimento dos Estados Unidos, o remanejamento de tropas militares e as crises econômicas que requereram atenção e esforços da União Europeia e Ucrânia para âmbito

interno, abriram caminho para uma boa oportunidade internacional de execução estratégica a qualquer desejo nacional que o Estado estivesse em condições de realizar.

Por fim, o último cenário oportuno que é indispensável análise, é a Ucrânia, mais especificamente a região separatista do Donbass, haja vista que foi pelo povo russo da região a razão declarada pela potência russa para efetuar a ofensiva.

#### 4.1.3 A Ucrânia e a região separatista do Donbass

A Ucrânia é detentora de um passado histórico intimamente associado à Rússia. Graças a essas raízes o país assiste dentro de suas linhas territoriais movimentos nacionalistas, exercitado por aqueles que se identificam como ucranianos localizados mais a oeste do país, e separatistas, exercitado por aqueles que declaram nacionalidade russa e defendem a prática do idioma russo na região a leste do país, além do desejo pela dissociação com a Ucrânia (APARECIDO; AGUILAR, 2022).

Cristiane Lebelem e Rafael Villa (2022), têm por certo que devido às raízes culturais, a proximidade linguística e a posição geográfica da região do Leste Europeu são aspectos que ressaltam a compreensão do vínculo presente entre os povos da região. Além disso, “entre os fatos mais relevantes da história da região, há de se destacar que Kiev, a capital da Ucrânia, já chegou a ser a capital da Rússia, na época em que as províncias eslavas estavam agrupadas.” (LEBELEM; VILLA, 2022, p. 113)

Segundo os nacionalistas ucranianos, os grupos pró-Rússia das regiões separatistas do Donbass, Donetsk e Luhansk nunca foram apenas russos, em decorrência da colonização a diversidade entre Rússia e Ucrânia é mesclada (APARECIDO; AGUILAR, 2022). Em contrapartida, aqueles que desejam se tornarem independentes acreditam que:

A Bacia de Donetsk, comumente chamada de Donbass, tem todas as possibilidades para criar o seu próprio sistema financeiro autônomo e Kiev entende isso.... As capacidades financeiras do Donbass permitirão à região evitar um declínio acentuado nos padrões de vida que o resto da Ucrânia verá. O Donbass pode potencialmente aumentar os seus padrões de vida para metade e tornar-se a mais próspera região da nova Ucrânia (MYKHENKO, 2020 p. 531, tradução nossa).

As divergências internas na Ucrânia, fomentadas pela Rússia em apoio aos protestos separatistas, como já visto no capítulo dois do estudo, implicaram por vezes que a Ucrânia fizesse uso da força para amenizar os conflitos insurgentes e, ao encalço, destravaram não somente o desejo da Ucrânia em estabelecer alianças e cooperações ocidentais, mas também a necessidade. O estreitamento dos laços da pequena-grande vizinha com o Ocidente, em

contrapartida, implicou a Rússia a agir. Não era a razão perfeita capaz de justificar uma invasão territorial plenamente, mas para a Rússia era suficiente para colocar em prática a política internacional russa e frear as aproximações da OTAN na região. Nas palavras da Rússia incorporada por seu governante, “tomei a decisão de realizar uma operação militar especial. Seu objetivo será defender as pessoas que há oito anos sofrem perseguição e genocídio pelo regime de Kiev. Para isso, visamos a desmilitarização e desnazificação da Ucrânia” (PUTIN, 2022 apud SANCHES, 2022).

#### **4.2 A Ucrânia como fonte de poder para a Rússia**

Para a teoria realista ofensiva, o poder é parte fundamental do Estado. As grandes potências são amplamente determinadas de acordo suas capacidades militares e toma forma em projeção real à medida que uma grande potência possui à disposição arsenal militar suficiente para resistir a uma guerra valendo tudo ou nada contra o Estado mais poderoso do sistema mundial (MEARSHEIMER, 2001).

Segundo o autor do Realismo Ofensivo, o poder faz parte do segundo princípio fundamental da teoria — o pressuposto de que há, inerente a toda grande potência, algum nível de capacidade militar ofensiva que as concede meios para enfraquecer e até mesmo destruir umas às outras. Diante das incertezas do meio internacional, no qual os Estados não podem depositar confiança uns nos outros por não serem capazes de saber com precisão as intenções do adversário, seus objetivos e interesses nacionais, a racionalidade repousa na sensação de segurança proveniente do acúmulo de toda capacidade militar possível e disponível à grande potência, a maximização do poder (MEARSHEIMER, 2001).

Quanto mais fraco for o Estado, mais incapaz ele será de buscar seus objetivos e assegurar a integridade de suas fronteiras e garantir a distância de ameaças, pois, para os mais fortes, o mais fraco é alvo fácil, fonte rápida e pouco custosa de recursos. Sendo assim, os Estados empenham maior atenção em como o poder está distribuído ao seu entorno, para captar seu nível de segurança ou ameaça; se está em equilíbrio, vantagem ou desvantagem em relação às potências ao seu redor. Ao mesmo tempo, atentam-se as oportunidades para aumentar seu armazenamento de poder, de preferência às custas das potências rivais, para que seus ganhos sejam resultado do que por eles foi perdido (MEARSHEIMER, 2001).

A Rússia, além de possuir armas nucleares à disposição de seu arsenal, tem posse de outras capacidades militares convencionais que lhe garantiram confiança para a realização do que mais tarde seria uma guerra que perduraria por mais de um ano contra a Ucrânia. Em 2008,

com o lançamento do plano para amplas reformas militares que incluíam despesas em grande escala no aprimoramento da defesa ao longo dos últimos anos, foi responsável por melhorar notavelmente as capacidades militares russas (SOKOLSKY, 2017). As atividades militares na Ucrânia em 2014 com a anexação da Crimeia, além de outras intervenções por meio da força militar, expressam a disposição da Rússia em expressar o crescimento de seu poder bélico. Somado a isso, a condução do Kremlin da política externa cada vez mais agressiva e antiocidental, exige que a Rússia domine significativas estratégias e poder militar, afinal é contra a atual potência hegemônica e seus aliados que a Federação russa tem se colocado antagonista (SOKOLSKY, 2017).

A observação do que compõe o poder da Rússia frente a OTAN faz parte de uma das vertentes para a compreensão da eclosão da guerra na Ucrânia, ou seja, o que esta teria a oferecer à grande potência que a torna indispensável como esfera de influência que a Rússia deseja dominar.

Richard Sokolsky (2017, p. 5, tradução nossa) identifica que “A Rússia desfruta de uma geografia favorável e de uma vantagem numérica sobre a OTAN em mão de obra e em todas as principais categorias de armas e equipamentos de combate que seriam usados em um ataque militar inicial contra os países bálticos.”. Como principais categorias, o autor elenca: os batalhões de infantaria, sejam blindados, motorizados ou mecanizados; artilharia e mísseis de superfície com capacidades de longo alcance, composto por sistemas de fogo, mas com déficit em lançadores de foguete e artilharia tubular — as forças imediatas da OTAN são superadas em armas pela Rússia —; aeronaves de combate e helicópteros de assalto.

Analizadas por especialistas em defesa ocidental, o poderio militar russo supera em número (quantidade de soldados prontos à guerra) e em armas as capacidades da aliança militar do atlântico norte (SOKOLSKY, 2017).

Desde 2008, quando a Rússia lançou um ambicioso e bem dotado programa de reforma e modernização militar, as capacidades de defesa aérea da Rússia melhoraram significativamente. Particularmente preocupante é a modernização das capacidades [...] da Rússia em Kaliningrado com a implantação de novos sistemas antiaéreos S-400; lançadores de mísseis de defesa costeira baseados em navios, representando um grave desafio para os navios e aeronaves da OTAN no seu próprio território [...] (SOKOLSKY, 2017, p. 7, tradução nossa).

A eficácia do plano de 2008, consagrou à Rússia forças mais eficazmente organizadas, bem treinadas e equipadas se comparado a prontidão de combate do exército quando efetuada a ofensiva contra a Geórgia no mesmo ano, além da frequência de exercícios militares, incluindo o treinamento identificado nas fronteiras da Ucrânia três meses antes da invasão (SOKOLSKY, 2017; BRAUN 2022). Porém, apesar das vantagens supracitadas “as forças

armadas russas estão bem atrás das forças dos EUA e da OTAN em armamento de alta tecnologia, considerado pela maioria dos especialistas militares russos como o cerne da guerra moderna e que determina o resultado de uma batalha” (SOKOLSKY, 2017, p. 7, tradução nossa).

A ciência da Rússia quanto às suas fraquezas e limitações frente à aliança ocidental, acompanham o planejamento estratégico russo em torno da Ucrânia. Como região estratégica, o ataque certamente calculado, diante dos exercícios militares nas fronteiras com a Ucrânia meses antes da invasão, está no cerne da certeza de que a ofensiva antecipada seria a melhor forma de defesa russa contra o que imaginava ser o cerco da OTAN contra si em território vital para sua política internacional.

A Ucrânia é para a Rússia, significativamente inferior em poder militar (GOMES, 2023). Em contrapartida, é potencial em recursos latentes por sua localização geográfica e recursos naturais. Para Mearsheimer (2001) o poder é composto por dois tipos, o poder militar (o mais importante por conferir vitória em campo de guerra) e o poder latente, que são as capacidades envolvendo recursos naturais, produção industrial, localização estratégica, e qualquer outro tipo de capacidade passível de ser transformado em poder militar.

Quando república satélite soviética, a Ucrânia era a principal fonte de recursos da URSS, fornecedora de grande parte das peças e equipamentos militares, das forças armadas do bloco (CARMONA, 2022). Mais que isso,

A Ucrânia era parte importante do Império Russo, visto tratar-se de uma região privilegiada de acesso às águas quentes do Mar Negro, o que ajudava a escoar a produção russa e impulsionar o comércio, já que no lado oriental russo as águas normalmente ficam congeladas durante boa parte do ano (LABELEM; VILA, 2022, p. 113-114).

Figura 3 – A Localização estratégica da Ucrânia



Fonte: Borges (2022)

A Ucrânia, como observado no mapa, está localizada em ponto estratégico entre a Europa e Rússia, com saída para o Mar Negro. A localização é primordial para a Rússia por dois fatores: os portos, essenciais para as forças navais russas — com uma de suas bases localizadas no porto de Sebastopol, a principal razão para a invasão e anexação da Crimeia em 2014, assim como o Estreito de Bósforo, “mares de água quente que, diferente do Oceano Ártico, é trafegável durante o ano todo” (SANTOS, 2022, p. 94); e sua caracterização como Estado-tampão sob a perspectiva russa em relação ao Ocidente, na ideia de que em caso de conflito armado entre a Rússia e algum Estado ocidental, antes de atingir diretamente as fronteiras russas, terá que primeiro passar pelo Estado-tampão, o que confere tempo de preparo para articulação da defesa.

Além da localização para táticas de guerra, a Ucrânia também confere vantagem econômica.

Para os russos este espaço é fundamental [a] por ser rico em recursos naturais (gás natural, petróleo, minério de ferro e afins); e [b] permitir a ligação entre a Europa (economicamente estagnada e politicamente caótica) e a Ásia (em ascensão econômica desde o começo deste século), tendo a Rússia como uma espécie de ponte entre os fluxos comerciais e as infraestruturas (como a *New Eurasian Land Bridge*, um dos corredores econômicos da Nova Rota da Seda chinesa) destas duas áreas (SANTOS, 2022, p. 93).

Pela Ucrânia, é importante ressaltar, que passam dois gasodutos importantes, o Soyuz e o Brotherhood, responsáveis por abastecer o restante da Europa com o gás produzido na Rússia (LEBELEM; VILLA, 2022), como pode ser visto no mapa a seguir.

Figura 4 - Mapa com gasodutos russos instalados em território ucraniano



Fonte: Rodrigues (2022) apud Lebelem; Villa (2022)

A exportação energética tem parte significativa na economia russa e conflitos com a Ucrânia configuram em crise energética na Europa e redução de recursos para a Rússia.

As crises energéticas com a Ucrânia mostraram também à Rússia que os países de trânsito do seu gás possuem um poder de *counterleverage* nas negociações do gás com a Gazprom, ou seja, há um sistema de interdependência entre a Rússia e a Ucrânia, por isso mesmo interessa à Rússia diversificar os seus países de trânsito (RAFAEL, 2013, p. 91).

A parceria econômica com a Ucrânia é parte significativa do PIB da Rússia. As principais trocas comerciais são os combustíveis fósseis (gás natural), maquinários pesados, ferro e aço, além de parceria para a produção de microchips, partes de automóveis entre outros (SANTOS, 2022). Jonathan dos Santos (2022), descreve que as trocas comerciais entre ambos os Estados, tiveram um montante de \$6.62 bilhões de dólares, concernente às exportações da Rússia para a Ucrânia, e \$4.69 bilhões de dólares na negociação inversa.

Em suma, para além das relações culturais e nacionalistas, o bilateralismo entre Rússia e Ucrânia é vital para a Rússia em todos os aspectos, militares, econômicos, geográficos e

políticos, pois alavancam o seu poder militar e limitam a atuação da OTAN na região, ameaça sem precedentes aos interesses nacionais russos, discutidos no tópico seguinte.

### 4.3 A segurança russa pela dominação da Ucrânia

As duas primícias restantes do Realismo Ofensivo postuladas por John Mearsheimer (2001) — a incerteza quanto as reais intenções dos demais Estados e a sobrevivência como objetivo primordial —, dizem respeito à razão pela qual a Rússia colocou suas tropas militares para adentrarem o Estado ucraniano. De antemão a lógica da teoria percebida na realidade do conflito é que a necessidade de segurança, apesar de não haver uma ameaça declarada por parte do adversário, mas graças a névoa da incerteza quanto às reais intenções deste último, provoca na grande potência ameaçada o medo, o desejo por sobrevivência e consequente postura egoísta, intitulada pela teoria de autoajuda. Na prática, a realidade da guerra na Ucrânia revela os três aspectos na figura da Rússia, em decorrência das seguintes primícias.

A terceira suposição é que os Estados nunca podem estar certos sobre as intenções dos outros Estados. Especificamente, nenhum Estado pode ter a certeza que outros Estados não irão fazer uso de suas capacidades militares ofensivas para atacar o primeiro Estado. Há muitas causas possíveis de agressão e nenhum Estado pode estar certo de que o outro Estado não seja motivado por uma delas. [...] A quarta suposição é que a sobrevivência é o objetivo primordial da grande potência. Os Estados podem e fazer a busca por outros objetivos, mas a segurança é o objetivo mais importante (MEARSHEIMER, 2014, p. 56-57, tradução nossa).

O nacionalismo marcadamente presente tanto na Ucrânia como na Rússia, sustenta o elo entre ambos que a grande potência não está disposta a abrir mão e que a “zona-tampão” tem exercido grande empenho em desatar, por prejudicar sua participação nos assuntos europeus e globais (APARECIDO; AGUILAR, 2022). A divergência de interesses colocou a OTAN em cena (vide capítulo 3) e levantou desconfianças por parte da Rússia.

Após o fim da Guerra Fria, o objetivo dos Estados Unidos é promover os ideais liberais ao redor do mundo. Para isso conta com três estratégias que ao longo dos últimos anos estiveram em paralelo com os objetivos político-internacionais da Ucrânia. São eles, “a expansão da OTAN. A expansão da União Europeia, uma instituição econômica, em conjunto com a OTAN, uma instituição militar, que trata de integrar a Ucrânia economicamente ao ocidente. Por fim, a promoção da democracia.” (APARECIDO; AGUILAR, 2022, p. 4).

O Conceito de Segurança Nacional da Federação Russa publicado no ano de 2015, afirma, no artigo 17, que,

A postura do Ocidente voltada para combater os processos de integração e criar lugares de tensão na região da Eurásia está exercendo uma influência negativa na

realização dos interesses nacionais russos. O apoio dos Estados Unidos e da União Europeia ao golpe de Estado anticonstitucional da Ucrânia levou a uma profunda divisão na sociedade ucraniana e ao surgimento de um conflito armado. O fortalecimento da ideologia nacionalista de extrema direita, a formação deliberada na população ucraniana de uma imagem da Rússia como inimiga, a aposta indisfarçavelmente na resolução forçada das contradições intraestatais e a profunda crise socioeconômica estão transformando a Ucrânia em uma sede crônica de instabilidade na Europa e nas imediações das fronteiras da Rússia (RÚSSIA, 2015 apud APARECIDO; AGUILAR, 2022, p. 5).

Dada a declaração, é perceptível o sentimento de ameaça da Rússia quanto às movimentações ocidentais no sistema internacional sobretudo em seu exterior próximo e se coloca em posição de vítima das influências ideológicas do Ocidente sobre a Ucrânia, por essas razões “a Rússia não vê a OTAN como uma aliança benigna” e, mesmo que democrática, diverge em interesses com os EUA” (APARECIDO; AGUILAR, 2022, p. 6). Sobre isso, Mearsheimer (2001) argumenta que cada Estado está inclinado a ver a si mesmo como vulnerável e sozinho, e, portanto, seus objetivos estão voltados para a promoção das condições necessárias para a própria sobrevivência, sendo este o exercício da autoajuda.

A OTAN ao longo dos últimos anos teve um escalonamento quanto a abertura para outros Estados participarem da aliança. Agora “é a aliança militar de trinta países, que se expandiu pelo Leste Europeu, incluindo hoje catorze países do ex-bloco comunista.” (PUOSSO; HUSEK, 2023, p. 4).

Desde a década de noventa, a Rússia deixa claro a sua posição contrária à aproximação da aliança militar às suas proximidades territoriais. Inicialmente, a expansão da OTAN não contou a integração de ex-membros da URSS, todavia, a partir de 2008, a manifestação de interesse por parte da Ucrânia e Geórgia em fazer parte da organização foram apreciadas pela aliança militar ocidental (APARECIDO; AGUILAR, 2022).

Diante do surgimento de possibilidades quanto a laços, o vice-ministro do Ministério das Relações Exteriores deixou claro que “a adesão da Geórgia e da Ucrânia à aliança é um enorme erro estratégico que teria consequências mais sérias para a segurança pan-europeia” (REUTERS, 2022 apud APARECIDO; AGUILAR, 2022, p. 6).

Por outro lado, a aliança militar ressalta que ao longo dos anos passados buscou relações pacíficas e diplomáticas com a ex-potência soviética, mas foi rejeitada e torna-se cada vez mais custosa graças à postura agressiva da mesma no cenário internacional.

Por mais de 30 anos, a OTAN tentou construir uma parceria com a Rússia, desenvolvendo o diálogo e a cooperação prática em áreas de interesse comum. Apesar disso, a Rússia tem violado continuamente as normas e os princípios que contribuíram para uma ordem de segurança europeia estável e previsível, especialmente na última década (NATO, 2023, tradução nossa).

Sinais desses esforços foram traçados na tentativa de diálogo através do Conselho OTAN-Rússia (NRC), que é um fórum para consultas sobre questões de segurança e cooperação, mas infrutífero. Além de devolver a acusação contra a Rússia, ao alegar ser esta a verdadeira ameaça direta à segurança, paz e estabilidade da zona euro-atlântica (OTAN, 2023).

Diante do debate de discursos sobre ameaças e ameaçados, a observação do cenário internacional em sua formação estrutural anárquica impele os Estados a atuarem guiados pelo sentido de autoajuda em quase sempre agem de acordo com os próprios interesses e não se deixam subordinar por outros Estados, ou pelos interesses da comunidade internacional (MEARSHEIMER, 2001)

Assim sendo,

A guerra na Ucrânia confirma a dinâmica ofensiva estratégica revisionista da Rússia, revelada pela invasão da Geórgia, pela Anexação da Crimeia, pela intervenção na Guerra da Síria e pela “guerra híbrida” no Donbass, cuja finalidade é a expansão de sua “esfera privilegiada de interesses” e a mudança do sistema de segurança europeia do pós-Guerra Fria (REIS et al., 2022, p. 4).

Diante do que não se havia como certo e conhecendo apenas o que foi manifestado — as intenções norte-americanas de promover os ideais que valoriza como fundamentais para a paz e harmonia no sistema internacional —, a ofensiva russa sucedeu-se no que Mearsheimer (2001) define como estratégia para conquista de poder e consequente garantia de segurança, a guerra.

Mais do que só manter a OTAN distante de suas zonas de influência, a realização da ofensiva por parte da Rússia também se fundamentou no medo. Diferente da necessidade de garantir sua segurança, por se enxergar ameaçada pela expansão do ocidentalismo as suas portas, a Rússia teve medo de que os demais Estados parte de seu exterior próximo vissem na postura da Ucrânia de amizade com o Ocidente e articulação de participação da aliança e cooperação econômica, um exemplo a ser seguido.

Acontece que, ao se sentir cercada por potenciais inimigos, a Rússia optou por agir de maneira preemptiva, quer dizer, antecipando a ameaça que poderia ser iminente (Mearsheimer 2022). Essa situação foi percebida pelas lideranças soviéticas como uma reedição da Doutrina Truman da contenção do expansionismo soviético nos finais dos anos 1940, porém numa estratégia de sentido reverso, com a OTAN recebendo o delegado papel de “expansionista” (LEBELEM; VILLA, 2022 p. 119).

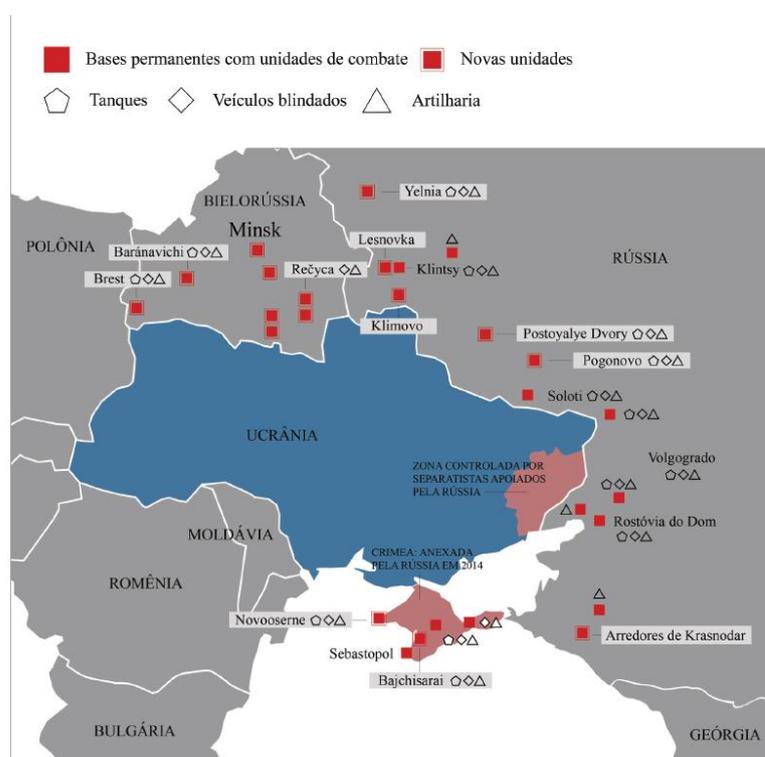
Para a Rússia, a ação contra a Ucrânia era crucial para a proteção de suas zonas de influência e garantia de proteção, mas conforme o próprio líder da Federação, para a Ucrânia o domínio, seja territorial ou político, russo na região era essencial.

Em julho de 2021, Putin deixou claro que na sua estratégia para o espaço pós-soviético a Ucrânia é uma peça fundamental. [...] “A verdadeira soberania da Ucrânia só é possível em parceria com a Rússia”, reescrevendo a história deste país, que Putin não

considera poder existir de forma autônoma dada a união “histórica de russos e ucranianos” (REIS et al., 2022, p. 13).

A estratégia militar acerca do estacionamento das tropas russas ao longo da fronteira com a Ucrânia, ratifica que a Rússia não desejava apenas ir em defesa do povo russo presente nas regiões separatistas do Donbass, ainda que tenha sido o conflito local a justificativa para a ação. Na verdade, ao observar o seguinte mapa, o preparo militar transmite intenções de prontidão para a entrada e controle de toda a fronteira.

Figura 5 - Presença militar russa na fronteira com a Ucrânia antes do conflito



Fonte: Labelem; Villa (2022)

Observado a disposição das tropas, a Rússia, como grande potência nesse cenário, é comportada ao que explica Mearsheimer (2001) quando afirma que as grandes potências se possuem vantagens para a realização ofensiva de conflito sobre seus rivais é comumente esperado que se comporte de maneira mais agressiva por causa das capacidades que possui para isso, assim como incentivo.

Em síntese, grandes potências não são atores insensatos, empenhados de mais em obter poder a ponto de investirem a cabeça para perder as guerras [...], pelo contrário, antes de as grandes potências tomarem medidas ofensivas, elas pensam cuidadosamente sobre o equilíbrio de poder e sobre como os outros Estados irão reagir aos seus movimentos (MEARSHEIMER, 2001, p. 49-50, tradução nossa).

A distribuição das tropas russas ao longo da fronteira ucraniana, não apenas ratifica a expertise da Federação em articular estrategicamente seus objetivos conforme os meios que possui, como também confirma que entre a harmonia internacional e o interesse nacional soberano, o que prevalece é o nacionalismo, o nacionalismo russo.

#### **4.4 Considerações parciais**

A associação da teoria para explicar a realidade no que diz respeito à guerra na Ucrânia, esclarece duas questões que permeiam a problemática norteadora do estudo ao trazer uma abordagem sobre o modo e o motivo — como e porquê, respectivamente.

Como se deu o conflito, é possível compreender a partir da associação entre a oportunidade e as atividades da Ucrânia com a OTAN. A oportunidade no cenário internacional foi construída a partir de um conjunto de fatores que deixaram um flanco na Eurásia para que a Rússia agisse. Dentre as condições prévias, destaca-se, primeiramente, as prioridades da política internacional da potência hegemônica voltadas para a observação e manejo da emergência da China como potência econômica. A disputa entre ambos os Estados se responsabilizou por manter os Estados Unidos com os olhos voltados para o crescimento interno e atividades militares da China na região da Ásia-pacífico.

A segunda potencial causa e a terceira chegam a relacionar-se. O surgimento de uma pandemia, veio a abalar as estruturas de todo o sistema internacional. Além de desestabilizar setores equilibrados, agravou crises já existentes, como é o caso da Ucrânia e a suas lutas internas com a região separatista no Leste, e acelerou tendências eminentes que eram esperadas por acreditar-se que a ordem internacional está em transformação.

Somado a isso, a busca da Ucrânia por laços mais estreitos com as organizações (União Europeia) e alianças ocidentais (OTAN), provocaram a percepção de ameaça à Rússia, que mantém os planos de ter sob controle o seu exterior próximo — composto pelas ex-repúblicas soviéticas.

Por fim, a condição estratégica da Ucrânia traz respostas ao porquê do desencadeamento do conflito. Sua localização geográfica, os recursos naturais que detém, rota de exportação e fonte de produção, colocam a Ucrânia no centro da vontade russa de proteção e aliança.

Tais aspectos alinhados às cinco suposições, ou premissas, do Realismo Ofensivo corroboram para a elucidação do conflito que marcou o ano de 2022, e surpreendeu aos demais atores soberanos do sistema internacional.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar sobre a guerra na Ucrânia à luz do Realismo Ofensivo, o presente trabalho concede oportunidade, por meio do caminho metodológico anteriormente descrito, de compreensão do maior conflito armado na década de 2020, e que perdura até hoje. Graças aos pressupostos da teoria, foi possível identificar que o embate armado não se tratou apenas de uma operação militar da Rússia para “salvar” a população russa das regiões separatistas no Donbass. Mais do que isso, pautado na teoria, a operação de “desmilitarização” e “desnazificação” da Ucrânia foi revelada como medida estratégica para proteção dos interesses nacionais russos e segurança de suas fronteiras.

As premissas da teoria nortearam a observação do conflito e análise do que se estabeleceu como os objetivos do trabalho. Baseada em cinco suposições fundamentais para a construção do Realismo Ofensivo, o seu conjunto configura a postura ofensiva por parte das grandes potências; neste estudo, a Rússia. Do contrário, a atuação Estatal torna-se prática da teoria estrutural de Waltz (2002), mais tarde entendida como Realismo Defensivo.

Retomando aos principais pontos debatidos nos capítulos anteriores, é identificado que, entre as premissas do Realismo Ofensivo, a anarquia do Sistema Internacional e a atuação soberana dos Estados são base de análises interestatais quando o cenário é a guerra. Para este estudo, a anarquia e soberania em conjunto, como primeira premissa fundamental da teoria, traz luz não somente à eclosão do conflito, mas às disputas sino-americanas — tênues devido às disputas econômicas e geopolíticas que tiveram participação como causa potencial indireta para a guerra.

Por conferir abertura à atuação das grandes potências — Estados com capacidades reais para influenciar o sistema internacional — os feixes de luz da primeira premissa também alcançam a anexação da Crimeia por parte da Rússia, que apesar de sancionada por outras grandes potências, como União Europeia e Estados Unidos, não sofreu graves consequências que a fizesse temer ou remediar a ação, tanto em relação a Crimeia, como em uma nova investida contra a Ucrânia em 2022. Não somente esses, os acontecimentos internacionais que se deram anteriormente e reverberaram até o conflito, são, inevitavelmente, fundamentados na quinta premissa do Realismo Ofensivo, em que as grandes potências são atores racionais. Suas ações são mensuradas de acordo a proporção entre custo-benefício da oportunidade no sistema internacional.

Assim sendo, a observação da dinâmica internacional (Estados, sobretudo as grandes potências, com a agenda internacional voltada para atender as necessidades particulares

desencadeadas pela crise e disputa sistêmica), proporcionou à Rússia perspectivas racionais de oportunidade para dar início a uma nova investida contra a Ucrânia, além do conhecimento prévio adquirido com a anexação da Crimeia.

A segunda suposição do Realismo Ofensivo afirma que as grandes potências, de maneira inerente, possuem certa capacidade ofensiva que norteiam a atuação das mesmas e as tornam potencialmente perigosas. É a ciência das referidas capacidades russas que impulsionam a Ucrânia a buscar suporte e proteção no lado Ocidental. O temor por sua integridade territorial e o desejo de tornar-se de fato independente dessas influências do Estado vizinho em seus limites internos territoriais, condicionaram a política internacional da Ucrânia, apesar da declaração de neutralidade, a mudar seus rumos. Se o início dos anos de sua autonomia em relação a ex-potência soviética dirigiu a política externa da Ucrânia a estabelecer laços diplomáticos em ambos os lados, Ocidental e russo, sem tomar parte integral em um lado, a partir da anexação da Crimeia e sobretudo após o ano de 2019, a Ucrânia deu partido em sua política nacionalista, voltada a priorização dos próprios interesses que, na ocasião, eram mais simpáticos às orientações ocidentais do que russas. Tal fato transformou os laços bilaterais frágeis e cada vez mais contrários às intenções da Federação Russa para com a sua zona tampão, ao seu ver.

A já existente capacidade ofensiva da Rússia, notada pela Ucrânia antes mesmo das reformas militares de 2008 por conhecer intimamente o Estado do qual um dia fez parte, em conjunto com a suposição de que as grandes potências são atores racionais, para a Rússia, marcaram a sua postura estratégica ao longo dos anos, até a realização da Ofensiva. A percepção das próprias capacidades e a análise dos cenários ao seu redor, direcionam os meios para a execução dos objetivos russos, que são, na melhor das hipóteses, de extremo nacionalismo. A anexação da Crimeia em 2014, concedeu solo para a Rússia racionalizar as consequências de seus pequenos atos contra a Ucrânia. Mensurando suas capacidades não só para fins de ação ofensiva, mas também para remediar seus desdobramentos e se manter estável para seguir com suas políticas, o período pós anexação concedeu base para que a Rússia considerasse possível uma atuação em maiores proporções contra a Ucrânia em 2022.

As duas suposições que restam (terceira e quarta) tratam da desconfiança das grandes potências frente às intenções de outras grandes potências, e a sobrevivência como objetivo primordial das mesmas. Os diálogos diplomáticos da Ucrânia com o lado oeste em relação ao seu território, tornaram-se cada vez mais amplos e profundos. À medida que aquela se distava da Rússia, reforçava o discurso de tornar-se membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte e de fortalecer as cooperações com a União Europeia, projetando um dia também ser

parte integrante do bloco. O avanço da OTAN na Europa ao longo do presente século — consolidando os objetivos da hegemonia norte-americana em estabelecer seus valores ao redor do globo por acreditar serem os fundamentos da paz e harmonia —, somada as decisões ucranianas de obter maior participação nas relações ocidentais, sem a aprovação da Rússia, geraram desconfianças e sentimento de ameaça à segurança nesta última, impulsionando-a a estabelecer operações militares nas fronteiras com a Ucrânia ao final do ano de 2021 sob alegação de serem apenas exercícios de treinamento das tropas, o que de fato eram, a questão era para o quê eram.

A resposta veio à tona para todo o mundo em fevereiro de 2022 — a execução de uma guerra contra a Ucrânia. Dito isso, em resposta ao problema de pesquisa: até que ponto o Realismo Ofensivo elucidada a conduta russa para a guerra na Ucrânia no que concerne ao período de 2020 – 2022? O estudo esclarece que é até onde as cinco suposições fundamentais da teoria conseguem abordar.

Em síntese, o conflito é elucidado pela primeira premissa da Anarquia Internacional ao ser o cenário que proporcionou a abertura no sistema para que a Rússia analisasse o momento como oportuno para a investida ofensiva contra a Ucrânia. Pela segunda premissa de que toda grande potência possui capacidades ofensivas inerentes a elas ao ser observado as potencialidades militares russas que vinham sendo aprimoradas desde o ano de 2008. Pela terceira premissa de que as grandes potências nunca podem estar certas das intenções de outras, por ser uma variável instável e diretamente associada aos próprios interesses de cada uma, nesse sentido a Rússia, incerta das intenções do Ocidente, na figura da OTAN, decide agir primeiro na garantia do que é vital para si. Pela quarta premissa de que a sobrevivência é o objetivo primordial dos Estados, estando a Rússia certa de que a garantia de domínio e influência sobre o seu exterior próximo é essencial para a segurança de suas fronteiras consequente certeza de sobrevivência. Por fim, pela quinta premissa em que as grandes potências são atores racionais e atuam ofensivamente se não estiverem certos de que é favorável os custos em comparação aos benefícios, o que ilumina a percepção russa quanto a oportunidade para garantir o domínio sobre a Ucrânia, ao avaliar que as possíveis consequências seriam suportáveis, dado experiências anteriores, em detrimento das vantagens que espera obter com a guerra à sua zona tampão.

Sendo assim o argumento proposto no início do trabalho prova-se verdadeiro e satisfatório a questão. As possibilidades de aprofundamento dos laços entre Ucrânia, Estado com valor mensurável em capacidades potenciais e segurança, provocaram na Rússia: o sentimento de medo da presença da OTAN na região crucial aos interesses nacionais russos,

como também medo de que os demais estados da sua zona de influência caminhassem sobre os mesmos passos que a Ucrânia; a atuação ofensiva contra a Ucrânia como exercício da autoajuda, a saber que, diante da competição involuntariamente promovida pela anarquia, não havia com quem contar para ajudar a garantir os próprios interesses que cooperam para a sua sobrevivência e, por fim a chance de maximização do poder, ao acreditar nas próprias capacidades de através da guerra, dominar a Ucrânia e disso usufruir os benefícios, se bem sucedida na ofensiva.

A oportunidade manifesta no meio externo devido a atenção dos Estados Unidos estarem voltadas à China, a ocorrência da pandemia que se estendeu pelos anos de 2020, 2021 e parte de 2022 e a persistência das manifestações e atritos na região leste da Ucrânia desejosa por alcançar a independência, geraram confiança na Rússia para dar início a operação três meses antes da invasão. A Ucrânia, por sua localização estratégica — que lhe confere acesso às constantes águas quentes do Mar Negro e característica de “Estado-tampão” para proteção das fronteiras da Rússia ante as ameaças do Ocidente —, disponibilidade de recursos naturais, sobretudo gás natural, matéria-prima de uma das atividades econômicas primordiais da Ucrânia — produção e exportação de energia — e relações culturais e históricas íntimas, fazem dela motivo pelo qual, para a Rússia, vale o exercício da guerra, afinal os ganhos à princípio pareciam certos.

Isto posto, é importante ressaltar os limites do presente estudo. O trabalho não se propôs à observação de questões mais profundas da guerra, como por exemplo, a resposta defensiva da Ucrânia, as estratégias de guerra propriamente ditas da Rússia ou se a segurança da Rússia estará assim de fato garantida. A teoria do Realismo Ofensivo de Mearsheimer (2001), por necessitar ser mais geral para abarcar o exercício de vários confrontos, se mantém em campo amplo e superficial quanto às causas dos conflitos, o que não é aqui diferente, haja vista que é em seus limites inserido o objeto de estudo deste trabalho. A Guerra na Ucrânia, nesse sentido, deu-se em razão da percepção russa de ameaça por parte do Ocidente, medo de perder uma região vital para as forças rivais, e a necessidade de prevenir consequências futuras, talvez irremediáveis à Rússia, por meio da autoajuda. Como o embate acabará é também algo que não se pode, tampouco se tentou aqui responder. As incertezas da guerra, — assim como não se sabe o que esperar do amanhã ainda que haja tendências passíveis de realização dada a razão de sua recorrência no dia de hoje — são como uma barreira que impossibilita o vislumbre com clareza do seu fim.

Vale destacar também, quanto às limitações do estudo, questões mais individuais no que tange a figura do líder de Estado. Há de se assumir que a racionalidade do conflito após seu início, e duração mais longa do que o esperado pela potência russa, pode se revelar, na verdade,

uma falha na racionalidade, centralizada na figura do presidente russo. Os custos do conflito têm se mostrado maiores que os benefícios e ganhos, se observado os motivos para o início da invasão aqui apresentados. Além dos gastos militares, possivelmente maiores do que o inicialmente mensurado dada a duração da guerra, a resposta regional veio de encontro aos anseios da Rússia. Se esperava expelir as influências ocidentais de seu entorno, o que se têm é justamente o contrário. Com a eclosão do conflito, a Europa tornou-se mais unida contra as influências russas, e a OTAN fortaleceu-se ao retomar suas atividades de preparo militar e dar início a processos de adesão para novos países, como Finlândia e Suécia, à aliança.

Ademais, não é imperceptível o empenho individual de Vladimir Putin em toda a operação militar especial. Como figura de autoridade pouco volátil e determinado a elevar o status da Rússia ao que já foi um dia enquanto União Soviética, é válido questionar o quanto do conflito também pode ser explicado por interesses políticos centralizados na figura do presidente da Rússia, haja vista que vem assumindo as rédeas do planejamento de guerra desde os treinamentos militares, que ocorriam nas fronteiras com a Ucrânia três meses antes da ofensiva. Quanto a tais colocações, a teoria mostra-se insatisfatória, pois não trata de questões particulares que permita o a realização do estudo mais afunilado e detalhado capaz de contemplar os demais aspectos singulares da guerra na Ucrânia e seu desenrolar.

Por fim, ainda que haja as limitações acima apresentadas, espera-se que este trabalho de conclusão de curso seja parte contribuinte de estudos futuros, sejam eles próprios ou de outros que no campo acadêmico das Relações Internacionais também venham a optar por elucidar as condições prévias do Sistema Internacional desdobradas pelas relações interestatais e observar de maneira aplicada a teoria do Realismo Ofensivo, o que prova, mais uma vez, ser o realismo a corrente teórica capaz de resistir ao tempo e as transformações internacionais.

## REFERÊNCIAS

- ALLISON, Roy. Russia, Ukraine and state survival through neutrality. **International affairs**, v. 98, n. 6, p. 1849-1872, novembro, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ia/iac230>. Acesso em: 14 out. 2023.
- ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli et al. **O Renascimento de uma potência? : a Rússia no século XXI**. Brasília: IPEA, 2012. p. 206.
- AMAL, Victor Wolfgang Kegel. **Nova Guerra Fria? A percepção da Rússia sobre o Ocidente na era Putin**. 2016. Monografia - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/94927861.pdf>. Acesso em: 02 nov 2023.
- ANTUNES, Thiago Henrique Costa Simões; LIMA, Everton Santos. O modelo de Guerra de 4ª Geração e Guerra Híbrida na Ucrânia do começo do século XXI. **Brazilian Journal of International Relations**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 451-467, dezembro, 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/12573>. Acesso em: 14 out. 2023.
- APARECIDO, Julia Mori; AGUILAR, Sergio Luiz Cruz. A guerra entre a Rússia e a Ucrânia. **Série Conflitos Internacionais, Observatório de Conflitos Internacionais–OCI**, v. 9, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-9-n.-1fev.-2022.pdf>. Acesso em: 05 set. 2023
- ARRAES, Virgílio et al. Introdução ao estudo das Relações Internacionais. **São Paulo: Saraiva**, p. 128, 2013.
- AYERBE, Luis Fernando. **Ordem, poder e conflito no século XXI: esse mesmo mundo é possível**. 1. ed. UNESP, 2006. 312 p.
- BAH, Abu Bakarr. **The Ukraine War and Strategic Shifts in International Relations**. Leiden security and global affairs blog, junho, 2023. Disponível em: <https://www.leidensecurityandglobalaffairs.nl/articles/the-ukraine-war-and-strategic-shifts-in-international-relations>. Acesso em: 14 set. 2023
- BARATA, Pedro. Ukraine, EU and Russia: soft power versus Realpolitik?. **Janus. net e-journal of International Relations**, p. 31- 47, 2014.
- BARNABÉ, Israel Roberto. Edward Carr: o embate Idealismo/Realismo nos dias atuais. **BARNABÉ, IR; ALVES DO CARMO, C.; WINAND, ECA**, p. 25-46, 2013. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/34716886/Edward\\_Carr\\_-\\_o\\_embate\\_Idealismo\\_Realismo\\_nos\\_dias\\_atuais.pdf](https://www.academia.edu/download/34716886/Edward_Carr_-_o_embate_Idealismo_Realismo_nos_dias_atuais.pdf). Acesso em: 14 set. 2023
- BIJOS, Leila; MONTE, Fernando. Rússia e Ucrânia: uma análise dos princípios da segurança, estabilidade e previsibilidade internacionais. **Direito em Ação-Revista do Curso de Direito da UCB**, v. 14, n. 1, 2015. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rda/article/view/6712>. Acesso em: 06 out 2023.

BORGES, Rebeca. **Entenda porque Kherson é ponto estratégico para as tropas russas.** Metrópole. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/mundo/entenda-por-que-kherson-e-ponto-estrategico-para-tropas-russas>. Acesso em: 03 nov. 2023

BRAUN, Julia. **Rússia invade Ucrânia: 10 questões para entender a crise.** BBC News. Março, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60462510>. Acesso em: 03 nov 2023

CAMPENHOUDT, L.; QUIVY, Raymond. Manual de Investigação em Ciências Sociais. 4. ed. **Lisboa: Gradiva-Publicações, Lda**, 2005. 285 p.

CARMONA, Ronaldo. **A guerra na Ucrânia: uma análise geopolítica.** CEBRI Revista, Nº 3, p. 88-111, jul-set 2022. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/46/a-guerra-na-ucrania-uma-analise-geopolitica>. Acesso em: 13 set. 2023

CARR, Edward Hallett. **Vinte anos de crise: 1919-1939: uma introdução ao estudo das relações internacionais.** Ed. Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2001.

CASA NOVA, Silvia et al. **Trabalho de Conclusão de Curso: uma abordagem leve, divertida de prática.** 1. ed. Saraiva Educação, 2020.

CASTRO, Paulo Cesar de. A Crimeia e o poder. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, v. 2, n. 6, p. 32-39, 2014. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/DMT/article/view/688>. Acesso em: 05 out. 2023.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais.** Brasília: FUNAG, 2012. p. 580.

COSTA, Simone Kawakami Gonçalves. **Uma análise da ascensão chinesa a partir da Teoria do Imperialismo.** 172 p. Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, UNESP, Marília, 2015.

CARVALHO, P. N.; SENHORAS, E. M. Los impactos de la crisis COVID-19 en la economía global y el ciclo hegemónico estadounidense: una lectura. **Agenda Internacional**, v. 27, n. 38, p. 9-28, 16 out. 2020. Disponível em: <https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/agendainternacional/article/view/22823>. Acesso em: 15 out. 2023.

DIAS, Vanda Amaro. As dimensões interna e internacional da crise na Ucrânia. **Relações Internacionais**, v. 45, p. 45-55, 2015. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/49698028/Dias2015Dimensoes\\_interna\\_internacional\\_crise\\_Ucrania.pdf](https://www.academia.edu/download/49698028/Dias2015Dimensoes_interna_internacional_crise_Ucrania.pdf). Acesso em: 06 out. 2023

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá.** Tradução de Ane Lize Spaltemberg de S. Magalhães. - Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 483.

ELMAN, Colin; JENSEN, Michael (Ed.). **The realism reader.** Nova York: Routledge, 2014. 550 p.

ELSHERBINY, Asmaa. **Europe on fire: the Russo-Ukrainian war, its causes and consequences.** Its Causes and Consequences. Março, 2022. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=4058711](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4058711). Acesso em: 29 out. 2023.

ESCOLA DE GUERRA NAVAL. **Estudo sobre o conflito Rússia e Ucrânia.** Marinha do Brasil. Rio de Janeiro, 2022, 55 p.

FELTMAN, Jeffrey. **War, peace, and the international system after Ukraine.** Brookings, março, 2023. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/war-peace-and-the-international-system-after-ukraine/>. Acesso em: 14 set. 2023

FERRARO, Vicente. A guerra na Ucrânia: Uma análise do conflito e seus impactos nas sociedades russa e ucraniana. **Conjuntura Austral**, v. 13, n. 64, p. 25-50, 2022.

FRANCA, Luiz Daniel Jatoba; DE OLIVEIRA, Henrique Altemani; LESSA, Antônio Carlos. **TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS-Vol. 2.** Saraiva Educação SA, v. 2. 2017. 221 p.

FREIRE, Maria Raquel. Política externa russa: as dimensões material e ideacional nas palavras e nas ações. **E-cadernos ces**, n. 19, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1554>. Acesso em: 20 out. 2023

GLOBAL FIREPOWER. **Military powers ranked since 2005.** Disponível em: <https://www.globalfirepower.com/global-ranks-previous.php>. Acesso em: 10 out 2023

GOLDSTEIN, Avery. US–China Rivalry in the twenty-first century: Déjà vu and Cold War II. **China International Strategy Review**, v. 2, p. 48-62, 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s42533-020-00036-w>. Acesso em: 28 out. 2023

GOMES, Isabela. **Rússia x Ucrânia: veja a comparação de forças aérea, terrestre e marinha dos países.** Estadão, setembro, 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/russia-ucrania-comparacao-forcas-aerea-terrestre-marinha-exercito-nprei/#:~:text=O%20ranking%20de%20maiores%20pot%C3%AAs,as%2036%20listadas%20na%20classifica%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 05 nov. 2023.

GRININ, Leonid. How can covid-19 change geopolitics and economy?. **Journal of Globalization Studies**, v. 11, n. 2, p. 121-134, 2020. Disponível em: <https://cyberleninka.ru/article/n/how-can-covid-19-change-geopolitics-and-economy>. Acesso em: 27 out. 2023.

HAESEBROUCK, Tim; TAGHON, Servaas. Russia 's invasion in Ukraine: what happened before?. **GIES Occasional Paper**, v. 1, p. 1-7, março, 2022. Disponível em: <https://biblio.ugent.be/publication/8751756/file/8751757>. Acesso em: 29 out. 2023

HANN, Phil. **Ukraine map:** Where Russian attacks are being reported. CTV News, fevereiro, 2022. Disponível em: [https://www.ctvnews.ca/world/ukraine-map-where-russian-attacks-are-being-reported-1.5794477?cid=sm%3Atrueanthem%3A%7B%7Bcampaignname%7D%7D%3Atwitterpost%E2%80%8B&taid=6217e042ed681a0001a0b6bf&utm\\_campaign=trueAnthem%3A+Trending+Content&utm\\_medium=trueAnthem&utm\\_source=twitter](https://www.ctvnews.ca/world/ukraine-map-where-russian-attacks-are-being-reported-1.5794477?cid=sm%3Atrueanthem%3A%7B%7Bcampaignname%7D%7D%3Atwitterpost%E2%80%8B&taid=6217e042ed681a0001a0b6bf&utm_campaign=trueAnthem%3A+Trending+Content&utm_medium=trueAnthem&utm_source=twitter). Acesso em: 17 out. 2023

JIEMIAN, Yang. The COVID-19 pandemic and its impact on contemporary international relations. **China Int'l Stud.**, v. 82, p. 43, maio/junho 2020.

KAMMER, Alfred et al. How war in Ukraine is reverberating across world 's regions. **Washington: IMF, March**, v. 15, março, 2022.

KLEINSCHMIDT, Jochen. Offensive realism, differentiation theory, and the war in Ukraine. **International Politics**, v. 56, p. 427-443, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/s41311-018-0150-4>. Acesso em: 06 out. 2023

KONRAD, Kaiser David Vargas; LOURENÇÃO, Humberto José. O conflito na Ucrânia entre 2014 e 2018 e seu impacto na segurança internacional. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 8, p. 12906-12920, 2019. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/2880>. Acesso em: 06 out, 2023.

KOROLEV, Alexander. Theories of non-balancing and Russia's foreign policy. **Journal of strategic studies**, v. 41, n. 6, p. 887-912, 2017. Disponível em: [https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01402390.2017.1283614?casa\\_token=o0B\\_xNQ0byUAAAAA%3A7dLjeQsy2o9LISmqLU8qcAz560CKG\\_0DSJ92C15w98d1-wJQLIT-zwILUTteuft\\_iZ2rM-1icZaeGpyhRA](https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01402390.2017.1283614?casa_token=o0B_xNQ0byUAAAAA%3A7dLjeQsy2o9LISmqLU8qcAz560CKG_0DSJ92C15w98d1-wJQLIT-zwILUTteuft_iZ2rM-1icZaeGpyhRA). Acesso em: 06 out. 2023

KOZLOVSKA, Oksana. **Roadmap for Ukraine 's Integration into Transatlantic Structures**. p. 9-19, 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/resrep10340.1.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber. **Belo Horizonte: UFMG**, p. 340, 1999.

LEBELEM, Cristiane; VILLA, Rafael. **A guerra russo-ucraniana: impactos sobre a segurança regional e internacional**. Revista CEBRI, Nº 3, p. 112-136, Jul-Set 2022. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/56>. Acesso em: 12 set. 2023

LIMA, Jean Santos; LIMA, Nathalia Suellen Rodrigues. Crimeia e Além: A Política Externa Assertiva da Rússia e Seus Impasses com o Ocidente. **Mural Internacional**, v. 12, p. 13, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/60432>. Acesso em: 05 out. 2023.

LIU, Fenghua. Russia 's Foreign Policy Over the Past Three Decades: Change and Continuity. **Chinese Journal of Slavic Studies**, v. 2, n. 1, p. 86-99, julho, 2022. Disponível: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/cjss-2022-0004/html>. Acesso em: 09 nov. 2023

MACHADO, Lauren. O projeto de Grande Potência da Rússia no século XXI: o desenvolvimento de capacidades. Faculdade América Latina, Porto Alegre, 2013.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações internacionais: Teoria e História**. 2º Edição, Saraiva, 2012.

MARTINS, Gilberto; THEÓPHILO, Carlos. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2007. 264 p.

MASTERS, Jonathan. Ukraine: Conflict at the Crossroads of Europe and Russia. **Council on Foreign Relations**, p. 13, fevereiro, 2020. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/ukraine-conflict-crossroads-europe-and-russia>. Acesso em: 12 set. 2023

MEARSHEIMER, John J. **Structural realism. International relations theories: Discipline and diversity**, v. 83, p. 77-94, 2007.

MEARSHEIMER, John. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: WW Norton and Company, p. 576, 2001.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Power Politics** (updated edition). New York: WW Norton and Company, p. 592, 2014.

MIELNICZUK, Fabiano. A crise ucraniana e suas implicações para as Relações Internacionais. **Conjuntura Austral**, v. 5, n. 23, p. 4-19, 2014. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/332389729\\_A\\_crise\\_ucraniana\\_e\\_suas\\_implicacoes\\_para\\_as\\_Relacoes\\_Internacionais](https://www.researchgate.net/publication/332389729_A_crise_ucraniana_e_suas_implicacoes_para_as_Relacoes_Internacionais). Acesso em: 05 out. 2023

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA UCRÂNIA. **7 Years of Russia 's Aggression Against Ukraine. Infographics**. Fevereiro, 2021. Disponível em: <https://mfa.gov.ua/en/news/7-years-russias-aggression-against-ukraine-infographics>. Acesso em: 05 nov. 2023.

MONAGHAN, Sean; LOHSEN, Andrew; MORCOS, Pierre. **Designing New Battlegroups: Advice for NATO Planners**. Center for Strategic and International Studies (CSIS), 2022. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/designing-new-battlegroups-advice-nato-planners>. Acesso em: 28 out 2023.

MYKHENKO, Vlad. Causes and consequences of the war in Eastern Ukraine: an economic geography perspective. **Europe-Asia Studies**, v. 72, n. 3, p. 528-560, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09668136.2019.1684447>. Acesso em: 29 out. 2023.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Elsevier, 2005, p. 250.

NATO. **Relations with Russia**. Agosto, 2023. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics\\_50090.htm](https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_50090.htm). Acesso em: 04 nov 2023

OLIVEIRA, Uriel Rodrigo Repas de. **A Disputa entre a Rússia e a Ucrânia pela Região da Crimeia**. 2016. Tese de Doutorado - Academia Militar, Lisboa, 2016.

PASHAKHANLOU, Arash Heydarian. Waltz, Mearsheimer and the post-Cold War world: The rise of America and the fall of structural realism. **International Politics**, v. 51, p. 295-315, 2014. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/ip.2014.16>. Acesso em: 11 set. 2023

PECEQUILO, Cristina. Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões. **Petrópolis, RJ: Vozes**, 9. ed. 2012. 248 p.

PICCOLLI, Larleianne. As Relações Rússia-OTAN: entre sinais de defesa e ameaça. **JANUS 2015-2016-Integração regional e multilateralismo**, p. 22-23, 2016.

POMERANZ, Lenina. **A crise na Ucrânia**. Grupo de Análise Econômica Internacional. v. 9, maio 2014. Disponível em: [http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2014/junho/14.06.Crise\\_na\\_Ucr%C3%A2nia.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2014/junho/14.06.Crise_na_Ucr%C3%A2nia.pdf). Acesso em: 23 ago. 2023

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013, p. 277.

PUOSSO, D. G.; HUSEK, C. R. Reflexões acerca das relações de poder e a guerra entre Rússia e Ucrânia: autoridade, liderança e detentor do poder. A pessoa humana versus a pessoa indivíduo. **Revista Internacional Consinter de Direito**, Paraná, Brasil, v. 9, n. 16, p. 521, 2023. Disponível em: <https://revistaconsinter.com/index.php/ojs/article/view/486>. Acesso em: 05 nov. 2023

PUTIN, Vladimir. National Security Strategy of the Russian Federation to 2020. **President of the Russian Federation**. Maio, 2009.

RAFAEL, João Miguel Chaves. A estratégia energética da Rússia. O caso do gás natural nas relações com a Europa. **Lusíada. Política Internacional e Segurança**, n. 9, p. 77-121, 2013. Disponível em: <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/lpis/article/view/431>. Acesso em: 20 set. 2023

REIS, Bruno Cardoso et al. A Guerra na Ucrânia. **IDN Brief**, 2022. Disponível em: <https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Paginas/IDN-Brief-marco-2022.aspx#>. Acesso em: 11 set. 2023.

RODRIGUES, Fernando. Anexação da Crimeia e a Crise da Ucrânia sob a perspectiva político-estratégica da Rússia. **Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica**, v. 19, n. 1, p. 33-49, 2021. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/article/view/7731>. Acesso em: 06 out. 2023

ROMANO, Rogério Tadeu. O rompimento do memorando de Budapeste sobre garantias de segurança e suas consequências. **Jusbrasil**, 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-rompimento-do-memorando-de-budapeste-sobre-garantias-de-seguranca-e-suas-consequencias/1402058979#:~:text=O%20acordo%20dava%20%C3%A0%20Ucr%C3%A2nia,da%20Bielorr%C3%BAssia%20e%20do%20Cazaquist%C3%A3o>. Acesso em: 29 out. 2023

RÚSSIA. **O Conceito de Política Externa da Rússia**. Junho, 2000.

SANCHES, Mariana. **Desnazificação e genocídio: a história por trás da justificativa de Putin para invasão da Ucrânia**. BBC News, fevereiro, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60518951>. Acesso em: 05 nov. 2023.

SANTOS, J. C. D. O conflito russo-ucraniano, disputas geopolíticas e o espaço geográfico: a competição pela hegemonia global. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 9, n. 27,

p. 91–97, 2022. Disponível em:  
<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/589>. Acesso em: 05 nov. 2023.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 383.

SELIS, Lara Martim Rodrigues. **Deslimites da razão: um estudo sobre a teoria neorrealista de Kenneth Waltz**. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. p. 184 2011.

SEMIENYI, Oleksiy. Ukrainian Narratives. In: **Security Narratives in Europe**. Nomos Verlagsgesellschaft mbH & Co. KG, 2017. p. 147-156. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/9783845287508/security-narratives-in-europe?page=1>. Acesso em: 06 out. 2023

SILVA, Rafael. Política Externa Russa pós-URSS: da Conformidade ao Revisionismo. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, v. 8, n. 2, p. 79-99, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/228832278.pdf> . Acesso em: 11 set. 2023

SILVA, Rafaela Oliveira. **Análise da anexação da Crimeia pela Rússia (2014) a luz da Teoria dos Jogos**. 2022. p. 21. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

SIMÃO, Licínia. A Comunidade de Estados Independentes: desafios e resiliência. **JANUS 2015-2016-Integração regional e multilateralismo**. Universidade de Lisboa. p. 118-119, 2016.

SOKOLSKY, Richard D. **The new NATO-Russia military balance: implications for European Security**. Carnegie Endowment for International Peace, v.13, p. 19, 2017. Disponível em: [https://carnegieendowment.org/files/3-8-17\\_Richard\\_Sokolsky\\_Russia\\_Military\\_Balance.pdf](https://carnegieendowment.org/files/3-8-17_Richard_Sokolsky_Russia_Military_Balance.pdf). Acesso em: 06 nov. 2023

SUSILO, A. K. et al. Economic growth and military expenditure in developing countries during COVID-19 pandemic. **Applied Econometrics and International Development**, v. 22, n. 1, p. 19-38, 2022. Disponível em: <https://www.usc.es/economet/reviews/aeid2212.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023

TAKAKI, Nara Hiroko. Epistemologia-ontologia-metodologia pela diferença: locus transfronteira em ironia multimodal. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 55, p. 431-456, 2016.

TARASYUK, Borys. Ukraine in the World. **Harvard Ukrainian Studies**, v. 20, p. 9-15, 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41036682>. Acesso em: 12 out. 2023

TAVARES, Thomas. A Rússia moderna como uma potência realista clássica. **Relações Exteriores**, fevereiro, 2023. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/a-russia-moderna-como-uma-potencia-realista-classica/>. Acesso em: 11 set. 2023

TEIXEIRA, Sofia. **A questão nuclear e a relação entre EUA e Coreia do Norte: uma interpretação Neorrealista**. Monografia graduação – Universidade Federal do Tocantins. Porto Nacional, 2019, p. 73.

UKRAINIAN PRISM. **Foreign Policy 2019**. Analytical study Foreign Policy Council. Friedrich Ebert Foundation, Office in Ukraine, Kyiv, 2020. 382 p.

UKRAINIAN PRISM. **Foreign Policy 2020**. Analytical study Foreign Policy Council. Friedrich Ebert Foundation, Office in Ukraine, Kyiv, 2021. 332 p.

UKRAINIAN PRISM. **Foreign Policy 2021**. Analytical study Foreign Policy Council. Friedrich Ebert Foundation, Office in Ukraine, Kyiv, 2021. 44 p.

VELYCHENKO, Stephen. **Ukraine, the EU and Russia: history, culture and international relations**. 1. ed. Springer, 2015. 186 p.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Gradiva, 2002.

WAXMAN, Olivia B. Historians on What Putin Gets Wrong About ‘Denazification’ in Ukraine. **Time**, 2022. Disponível em: <https://time.com/6154493/denazification-putin-ukraine-history-context/>. Acesso em: 02 nov. 2023.

WILÉN, Nina. The Military in the Time of COVID-19. **Prism**, v. 9, n. 2, p. 20-33, 2021. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27008973?seq=2>. Acesso em: 09 nov. 2023

WOOD, Elizabeth *et al.* **Roots of Russia’s war in Ukraine**. Washington, D.C: Woodrow Wilson Central Press, 2016. 166 p.